

Diário do Legislativo de 04/06/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 45ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Nacional do Café

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Vanderlei Jangrossi - Palavras do Secretário Gilman Viana Rodrigues - Entrega de placa - Palavras do Sr. Baldonado Arthur Napoleão - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa os Exmos. Srs. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - e Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Consepa -; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Justiça desta Casa; e Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Julian Silva Carvalho, engenheiro agrônomo, representando a Emater, e da Exma. Sra. Luciana Leão Lara, Coordenadora da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, representando o Corregedor-Geral, Marcelo Tadeu de Oliveira.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Nacional do Café.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional acompanhando o vídeo gravado pelo Coral da Assembléia sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Vanderlei Jangrossi

Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente do meu partido; meu querido Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, amigo Gilman Viana Rodrigues, cuja presença traz prestígio e mostra a importância de estarmos comemorando nesta tarde os 34 anos da Epamig; Presidente do Consepa e da Epamig, Baldonado Arthur Napoleão, ex-Deputado e ex-Prefeito, que hoje ocupa esse cargo com muita destreza, mostrando o grande trabalho e a grande cultura de Minas Gerais para o nosso Brasil; caros Deputados, membros da Comissão de Política Agropecuária, senhoras e senhores, boa tarde.

No último dia 24 foi comemorado o Dia Nacional do Café, que é importantíssimo para o setor agrícola. A Comissão de Política Agropecuária, em parceria com a Epamig, e todos os Deputados, de forma unânime, Deputados Getúlio Neiva, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Padre João, sabendo da importância desta data, isto é, da importância do trabalho da Epamig, em voto unânime, aprovamos esse requerimento, todos juntos. Não se trata de um requerimento meu, e sim de toda a Comissão.

Nada mais autêntico no cenário nacional que o nosso bom e velho cafezinho, que determinou grandes momentos de nossa história, foi alvo de nossa política. Quem não se lembra da política do café-com-leite, Minas e São Paulo, que ditou comportamentos e faz parte de nossa cultura? Quem nunca chegou à casa de uma pessoa e, com a receptividade dos mineiros, não saboreou um delicioso cafezinho passado na hora?

Com o passar dos anos, os consumidores passaram a ser mais exigentes, o que gerou inúmeras versões para o café, como o café descafeinado, o orgânico, o granulado, o solúvel, o torrado, o moído, o café suave, o forte e o extraforte. Sua origem é estimada em cerca de mil anos e está associada aos árabes, que foram os primeiros a cultivar essa fruta, na região de Kafa, no Oriente Médio, a qual é conhecida como o berço do café, tendo até emprestado o nome para essa bebida. Conforme os primeiros registros, o consumo do café começou na Etiópia. Hoje, quando se fala em Etiópia, as pessoas vêem um país pobre, mas a Etiópia foi um dos países mais ricos de todos os continentes. Quando um pastor percebeu que suas cabras gostavam de comer um fruto pequenininho e vermelho, e, logo após as refeições, as cabras encontravam-se mais resistentes e espertas, foi que ele resolveu experimentar o fruto, esmagou-as com manteiga e fez uma pasta. Ele conheceu os primeiros estimulantes do café.

Em meados de 1727, o café começou a ser cultivado nas terras brasileiras, expandindo-se pelas regiões do Maranhão, do Ceará, do Vale do São Francisco, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Mas foi em terras férteis, terra roxa, de São Paulo, que o café demonstrou seu verdadeiro potencial econômico. A partir de 1920, o Brasil começou a ocupar o 1º lugar no mundo como exportador de café, posição esta que mantém por muitos anos e que ligou o seu nome de maneira definitiva à imagem do café.

Ressalto a importância da Epamig, que completa 34 anos em 2008, e é vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao promover, planejar, coordenar e executar as atividades de pesquisa e experimentação agropecuária no Estado, gerando soluções tecnológicas para o agronegócio mineiro. Suas pesquisas têm produzido relevantes resultados para a promoção do café do Brasil. A Epamig possui um corpo técnico especializado e capacitado para o desenvolvimento das soluções para os agricultores do Estado e, conforme dados fornecidos por ela, 2,8 milhões de sacas de café que são beneficiadas em Minas são estimadas para este ano, sendo que o Estado possui mais de 677 Municípios produtores de grão.

Conforme dados do IBGE, o número de empregos gerados indiretamente com o café gira em torno de 3,5 milhões de pessoas, sendo um dos setores que mais empregam. É claro que ainda existem inúmeros desafios a serem vencidos pelo agronegócio, em especial o café, com a valorização do nosso produto no exterior e a certificação dos nossos variados tipos de grãos.

Recebi um convite para participar, na fazenda experimental, do primeiro certificado. Então, com muito prazer, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, meu querido amigo, com certeza estaremos juntos lá, presentes nessa data tão importante para o Brasil e principalmente para a nossa querida Minas Gerais.

Informo, ainda, que no último dia 27 foi assinado pelo Presidente Lula a medida provisória que estabelece novos critérios para renegociação das dívidas do produtor rural. Essa medida foi fruto de uma luta incansável de todos nós, Deputados Estaduais e Federais da bancada mineira,

e o primeiro evento da Comissão de Política Agropecuária nesta Casa foi para tratar disso. No início do ano passado, fizemos o evento e, graças a Deus, conseguimos sensibilizar o governo para tratar dessa situação. Sabemos que metade da dívida do produtor rural mineiro está no mercado do café. É muito importante a luta desta Casa para dar a esses produtores condições de pagarem dignamente suas dívidas e dar continuidade a esse trabalho.

Com essa medida, o cafeicultor também será beneficiado com as condições de liquidação ou também terá possibilidade de renegociar suas dívidas. Os descontos são proporcionais ao valor da dívida, e os agricultores que puderem liquidar a dívida contraída terão desconto de 5% a 25% sobre o saldo devedor até 2010. Já os cafeicultores que optarem por negociar seu saldo devedor terão o novo prazo de 12 anos, com pagamento até 2020 e taxa efetiva de juros de 7,5% ao ano a partir de 1º de maio.

Foi aprovado requerimento na nossa Comissão para trazer técnicos de Brasília para darem todos os esclarecimentos a respeito de como serão os descontos e as formas de pagamento. De antemão, faço o convite a todos para participarem desta reunião.

No Estado de Minas, o café representa 70% da renda bruta das propriedades da região Sul, sendo responsável pelo crescimento da região e aumentando o comércio local. Diante desses dados, percebemos a capacidade e o potencial de Minas Gerais em oferecer café de altíssima qualidade, tanto para o País quanto para o exterior. Obrigado.

Palavras do Secretário Gilman Viana Rodrigues

Boa-tarde a todos. Meu cumprimento pessoal às senhoras e aos senhores, é um prazer vê-los aqui. Caro Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa, muito obrigado; caro Deputado Vanderlei Jangrossi, generoso Presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembléia, que nos brinda promovendo esta reunião; caro Baldonado, Presidente da Epamig e diligente executivo do sistema operacional da agricultura do Estado de Minas Gerais; Deputado Dalmo Ribeiro, um abraço e obrigado pela sua presença; demais companheiros da Secretaria e da Epamig, pesquisadores e inteligências do agronegócio mineiro, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento não poderia deixar de estar presente em um ato de sua afiliada Epamig, seu braço da pesquisa. Ao se comemorar algum evento relativo à Epamig, sobretudo aniversário, a família inteira é atingida. E aos dois Diretores, Guerra e Enilson, um abraço.

A estrada que percorremos é de busca de resultados. A presença do Sr. Baldonado, como Presidente do conselho nacional das empresas de pesquisa do País, significa a percepção, de fora de Minas Gerais, do que somos em termos de pesquisa agropecuária. É óbvio que se fosse uma empresa apagada, indiferente, não seria percebida. Os valores, sobretudo os talentos só são referendados quando quem está fora do núcleo da atividade percebe a energia e a qualidade do que é criado e do que é proposto, que é perceptível na comunidade. É essa a fotografia da Epamig no contexto da pesquisa brasileira.

Passamos por grandes dificuldades e hoje estamos em uma rota vigorosa de recuperação, buscando entrar, em curto prazo, em uma rota de geração de altos produtos. Sem dúvida, enfrentamos desafios fantásticos. É impressionante como a vida - e não só a humana, mas a vida biológica de modo geral - se desenha com mutações a cada dia, exigindo novos conhecimentos, adequações, inovações e geração de novos produtos. Isso é exigido porque o ambiente muda. Um macroambiente que nos está perseguindo chama-se mudança climática. Como vamos conviver com a mudança climática? De onde tiraremos o alimento para a sociedade, a partir de condições diferentes das que se praticam hoje? Pode o conhecimento avançar no futuro e prever qual a equação da produção de amanhã, se as condições de produção estarão diferentes? É preciso que o talento seja acionado em busca dessas alternativas. E isso se chama pesquisa, investigação. É nessa estrada que andamos com a Epamig, pesquisando, descobrindo, trabalhando e produzindo, encontrando em seus auxiliares o instrumento mais valioso na conquista de seus resultados. Não há instituição que seja rica por seu nome; a instituição é rica pelos valores humanos que contém. São os talentos, as pessoas e a postura de cada um que valorizam a instituição. Não é o discurso, mas o ato; não é a aparência, mas a percepção. Nessa vida, nossa vitrine é avaliada por quem nos vê, não pelo que falamos.

A Epamig, inserida no contexto das quatro coligadas da Secretaria de Agricultura, faz parte de um governo moderno, de Aécio Neves, que trata com muito apreço os recursos humanos e a gestão com a obsessão de aplicar mais recursos em benefício da população e menos recursos com quem pratica esses benefícios obrigatórios. Nessa trajetória, Minas se destaca com eficiência, qualidade e respeitabilidade; sem impor, mas, com muita clareza, praticando o que é correto, no interesse de todos.

No sistema da agricultura há mais três fatos, não só notórios, mas também peculiares do tempo atual. O Sistema de Defesa Sanitária, cujo órgão executor em Minas Gerais é o IMA, tem um sistema nacional das entidades estaduais que se chama Fonesa e cujo Presidente é um mineiro: o Presidente do IMA. O Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural - em Minas Gerais, a Emater - também tem um sistema nacional que se chama Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Asbraer - e cujo Presidente também é um mineiro: o Presidente da Emater. Também existe um Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, que coordena e reúne todos os Secretários de Agricultura do País, cujo Presidente é também um mineiro: esta pessoa que lhes fala, o Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Digo isso com discrição, pois não falaria para me elogiar, mas para demonstrar que Minas tem uma análise de confiança de seus pares. É essa estrada que Minas trilha, colaborando com o Brasil. Mas colaborando com trabalho e solidariedade; não compartilhando com coisas impróprias ou indevidas, mas sim defendendo e sendo teimoso com o que é correto; insistindo e tendo naturalidade em fazer prevalecer as atitudes e ações de interesse da coletividade.

Sermos homenageados nesta Casa, Deputados, é para nós uma consagração. Para nós, agricultores, é o ápice do carinho e da promoção sermos homenageados por esta brilhante, eloquente e qualificada Casa do povo mineiro, que é a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Gostaria de falar-lhes mais uma coisa. A nossa presença como homenageados - falo "nossa" puxando um pouco da brasa da Epamig para a Secretaria - está trazendo uma fotografia nova ao produtor rural do País. Estamos deixando de ser passageiros de segunda classe no trem da sociedade brasileira para galgar o estribo da primeira classe, fruto do trabalho, da persistência e da dedicação do produtor rural. Estamos preparados e nos preparando mais, para não ficarmos em desigualdade com qualquer arauto do meio urbano, que trata o meio rural deixando-o para depois. No meio rural, somos nós. Somos parte do sucesso do Brasil, parte importante, e não abrimos mão dele.

Deputados, novamente agradeço-lhes este reconhecimento. Tenho certeza de que nenhum de nós precisa se preocupar em se sentir menor, o mundo já nos enxerga como grandes. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Epamig, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "O grande sucesso de Minas Gerais na produção de café muito se deve à contribuição de uma empresa dedicada à pesquisa de novas tecnologias e a ações de apoio ao produtor rural, visando à ampliação e ao desenvolvimento do agronegócio. A homenagem do Parlamento mineiro à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - pelo inestimável trabalho realizado pela cultura cafeeira no Estado".

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, que teve o apoio unânime dos membros desta Casa, para que também nos acompanhe na entrega da placa. Também convida o Sr. Gilman Viana, Secretário de Agricultura, um dos homenageados da tarde de hoje, e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, um dos líderes e grande defensor da cafeicultura, não só no Sul de Minas, como em toda Minas Gerais.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Baldonado Arthur Napoleão

Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. Deputados Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aqui representando o Presidente Alberto Pinto Coelho; Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Dalmo Ribeiro Silva, também grande líder da agropecuária do nosso Estado; os Srs. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Enilson Abrão e Luiz Carlos Guerra, meus colegas de diretoria da Epamig; todos os funcionários técnicos e administrativos desta Casa; os pesquisadores, o pessoal técnico e administrativo da Epamig que aqui comparecem nesta tarde tão importante para a empresa; e, na pessoa do jornalista João Carlos Amaral, meu conterrâneo da região de Barbacena, todos os jornalistas presentes, representantes da imprensa, gostaria de dizer, Deputado Vanderlei Jangrossi, que a Comissão de Agricultura, com essa decisão unânime de prestar homenagem à Epamig em comemoração ao Dia Mundial do Café, toca profundamente o coração de todos que trabalharam e trabalham nessa empresa na área da pesquisa. Quero que V. Exa. saiba que muitos funcionários da Epamig se encontram presentes. Paramos hoje o nosso expediente para estarmos aqui, a fim de receber esta homenagem muito carinhosa, conforme disse o nosso Secretário Gilman Viana Rodrigues. Colocaremos essa placa no gabinete da diretoria e mostraremos a todos que, para nós, a manifestação da Assembléia Legislativa é realmente muito importante e uma marca expressiva de reconhecimento ao trabalho que a Epamig vem realizando. Agradeço ao Secretário Gilman Viana Rodrigues, nosso chefe e líder, a presença entre nós, que, comparecendo e participando deste momento tão importante para a nossa empresa, demonstra um ato carinhoso para com a Epamig.

No início do governo Aécio Neves, tive, já há algum tempo, a oportunidade de falar nesta tribuna sobre a situação da Epamig, que era dramática. A dívida encontrada correspondia a seis vezes o patrimônio da empresa. Hoje, Srs. Deputados, ela é igual a zero, graças ao Governador Aécio Neves, que entendeu, ainda antes de tomar posse, que a Epamig era muito importante e que precisava, portanto, de um grande apoio do Governador para ficar de pé como se encontra hoje, trabalhando, produzindo e avançando muito em benefício da agropecuária do Estado. Além do minério, ou seja, da estrutura minerária, a produção de alimento é uma outra grande vocação de Minas Gerais.

Neste momento, quero dizer aos Srs. Deputados que o nosso Secretário Gilman Viana Rodrigues tem uma parcela de contribuição no processo de revitalização da nossa empresa. Sua liderança, credibilidade, respeitabilidade e prestígio com o Governador tem sido decisivos para que a Epamig resolva diversos problemas crônicos e antigos, de quase 20 anos - como a sua dívida -, e avance. Hoje, na Epamig, costumo dizer aos nossos dirigentes e funcionários que não temos mais a nossa frente a gigantesca montanha de dívidas, temos o céu aberto, azul, para cumprir a missão institucional da empresa, dar retaguarda ao agronegócio do nosso Estado, com a pesquisa que garante alimento de qualidade e com preço acessível a toda a população.

Secretário Gilman, quero dizer que aqui, na Casa do povo de Minas, à qual tive o privilégio de servir por duas vezes como Deputado, que a presença de V. Exa. entre nós, nosso líder maior, é muito expressiva e simpática para a Epamig.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - completa 34 anos no próximo dia 6 de agosto. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem como finalidade promover, planejar, coordenar e executar as atividades de pesquisa e experimentação agropecuária no Estado, gerando soluções tecnológicas para o agronegócio mineiro.

Criada em 1974, a Epamig incorporou os anseios da época de crescimento e desenvolvimento da agricultura mineira, com base na pesquisa científica e no apoio aos produtores rurais. A partir desse princípio nobre, foi pioneira no País e provocou a criação de empresas semelhantes em outros Estados brasileiros. Com um corpo técnico formado por pesquisadores graduados e especializados em escolas importantes do Brasil e do exterior, a Epamig gera tecnologias e cria soluções para os principais problemas da agricultura mineira. Atualmente conta 1.016 empregados, entre eles 215 pesquisadores.

A importância da Epamig para a sociedade é inegável. Primeiro, para o produtor rural, ao contribuir para sua sobrevivência, seu desenvolvimento e fixação no campo, por meio da evolução das práticas agrícolas e sua adaptação às várias diferenças regionais. Para o consumidor, o trabalho de pesquisa da Epamig é imprescindível, com a melhoria da qualidade dos produtos, maior oferta e redução de preços. Deve-se destacar a contribuição de todo o trabalho efetuado nesses quase 34 anos para que a produção agrícola de Minas Gerais alcançasse posição de destaque no cenário nacional. Os programas de pesquisa da Epamig, como cafeicultura, grandes culturas, fruticultura, olericultura, produção de bovinos, aquíicultura, silvicultura e meio ambiente, floricultura, processamento agroindustrial e agroenergia, contemplam as principais demandas do Estado. Os resultados de suas pesquisas elevam o padrão da agropecuária mineira, que a cada ano melhora sua posição no "ranking" da economia nacional com a conquista de posições de destaque.

Para desempenhar melhor seu trabalho, a Epamig está distribuída estrategicamente pelo Estado, com sua sede administrativa em Belo Horizonte, 5 centros tecnológicos localizados no Sul de Minas, Zona da Mata, Centro-Oeste, Norte de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 22 fazendas experimentais, 1 estação experimental e 3 núcleos tecnológicos. A Epamig administra, ainda, o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, e o Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, em Pitangui.

Nas unidades da Epamig, são realizadas pesquisas, trabalhos de campo, análises laboratoriais e difusão de tecnologia, por meio de palestras, dias de campo, cursos e treinamentos de produtores. Por meio das publicações técnicas como o Informe Agropecuário, boletins técnicos, entre outros, a Epamig repassa o conhecimento gerado para produtores, empresários, Prefeituras, escolas e universidades de ciências agrárias.

O café apresenta grande importância no cenário mundial. O movimento financeiro da cadeia do café no mundo gira em torno de US\$35.000.000.000,00 por ano, considerando-se o fluxo do produto do país de origem ao consumidor final, no país importador. O Brasil é o maior produtor, maior exportador e 2º maior consumidor de café do planeta - em 1º lugar, estão os Estados Unidos. As receitas cambiais, em 2006, representaram US\$3.200.000.000,00 com a exportação de 27 milhões de sacas de 60kg de café beneficiado. Em 2007, o consumo interno representou 17 milhões de sacas, com estimativas de chegar-se a 21 milhões de sacas em 2010. A produção nacional de café, em 2008, deverá passar de 45,5 milhões de sacas de café beneficiado, superior em 35% à safra passada. Desse volume, a produção do café arábica representa 76,2% da produção do País, tendo como maior produtor o Estado de Minas Gerais, com 65,8%. A produção estimada para o Estado de Minas Gerais, neste ano, é de 22,9 milhões de sacas de café beneficiado, o que representa um incremento da ordem de 47,8%, comparado com a safra de 2007.

O Brasil possui 12 Estados, com 1.900 Municípios produtores de café, num total de 370 mil cafeicultores - é o maior país do mundo na produção de café -, 1 milhão de trabalhadores fixos na lavoura e 1 milhão na indústria e no comércio de café, 5 milhões de famílias dependentes da cultura, totalizando cerca de 8 milhões de empregos diretos e indiretos. Em Minas Gerais, são 677 Municípios - dos 853 de Minas - produtores de café, mais de 90 mil propriedades, num total de 1.200.000ha plantados e mais de 3 bilhões de plantas. O número de

empregos diretos e indiretos gerados pelo café em Minas Gerais é de aproximadamente 3.500.000 pessoas, segundo dados do IBGE, sendo um dos setores com maior capacidade de geração de empregos do País, se não for o maior.

Mas inúmeros desafios ainda precisam ser vencidos no agronegócio do café, destacando-se a valorização qualitativa do café brasileiro por meio da estratégia de "marketing" mundial, consolidação do processo de certificação dos cafés brasileiros e apoio à pesquisa na geração de novas tecnologias, visando à redução de custos e à satisfação das exigências crescentes dos consumidores de todo o mundo.

Minas Gerais possui capacidade real e potencial para oferecer cafés especiais e também ampliar a oferta de cafés de qualidade superior. Minas assume, desde 1980, a liderança nacional e é responsável por quase 50% da produção do País. Se o Estado de Minas Gerais fosse um país, seríamos o 2º maior produtor de café do mundo, já que o 1º continua sendo este país chamado Brasil. Na região Sul de Minas, a cultura do café representa cerca de 40% da arrecadação de ICMS, comparável à arrecadação da indústria e à do comércio juntas. As riquezas geradas pela cafeicultura possibilitaram o desenvolvimento e a industrialização de muitas regiões. O programa de pesquisa em cafeicultura da Epamig tem como objetivo gerar e adaptar tecnologias para ampliação e desenvolvimento do agronegócio do café, principalmente em Minas Gerais. Para tanto, conta com várias linhas de pesquisas. Quais são as pesquisas que a Epamig faz em café? Melhoramento genético de "Coffea arabica" e "Coffea canephora", manejo e tratamentos culturais, manejo integrado de pragas e doenças, colheita e pós-colheita de café, socioeconomia, cafeicultura orgânica, entre outras. Os recursos financeiros para o Programa Cafeicultura em 2007 e 2008 superam R\$4.000.000,00, provenientes de várias fontes financiadoras de pesquisa. Nesse programa estão envolvidos 31 pesquisadores, distribuídos em quatro centros tecnológicos, onde são conduzidos trabalhos de pesquisa nas várias áreas do conhecimento.

A Epamig é o maior centro de pesquisa de café do Brasil. Conta com 31 pesquisadores, quase todos doutores, que se dedicam exclusivamente à pesquisa do café durante uma vida inteira. Para as atividades de pesquisa e de transferência e difusão de tecnologias, a Epamig conta com laboratórios de qualidade, de manejo integrado de pragas e doenças do cafeeiro e de análises de solo e foliar. Conta, ainda, com seis fazendas experimentais, especializadas em café, localizadas em Três Pontas, Lavras, São Sebastião do Paraíso, Machado, Patrocínio e Oratórios, este na Zona da Mata, totalizando 200ha plantados de café, além de campos experimentais no Médio Jequitinhonha e em outras localidades no Estado. Como destaque do programa nos últimos dez anos, pode-se mencionar o lançamento de 11 cultivares de café. Nesse período foram disponibilizadas 200t de sementes de cultivares melhoradas. Essa quantidade seria suficiente para a renovação de 10% do parque cafeeiro mineiro.

Amanhã, Sr. Presidente, no Dia de Campo Café com Leite, em Três Pontas, na fazenda experimental da Epamig, será lançada uma cultivar de café arábica chamada "Travessia", em homenagem ao trespontano Milton Nascimento. Essa é uma maneira de a Epamig agradecer ao povo de Três Pontas a acolhida à nossa unidade instalada lá há muitos anos. Para impulsionar o desenvolvimento da cafeicultura mineira e dos demais Estados cafeicultores, a Epamig difunde suas pesquisas sobre essa cultura em vários eventos: dias de campo, palestras técnicas, cursos de atualização, entre outros. Ainda como fruto das pesquisas realizadas, a Epamig publica artigos científicos em revistas nacionais e internacionais, publica livros, manuais, boletins e circulares técnicas, além do tradicional "Informe Agropecuário". Todo esse material é disponibilizado a produtores, empresários, técnicos, consultores, pesquisadores, universitários, Prefeituras, enfim, a todos os que vêem nessa cultura um dos pilares da economia mineira e brasileira. Esse trabalho da Epamig é para todos os que continuam acreditando nesse extraordinário potencial do nosso café. Gostaria, neste momento, de agradecer à Assembléia Legislativa por ter interrompido o seu trabalho ordinário nesta tarde para comemorar o Dia Mundial do Café, transcorrido no dia 24 de maio. Quero agradecer à Comissão de Agricultura da Casa, assim como a todos os membros. Deputado Vanderlei Jangrossi, gostaria que V. Exa. levasse a todos o nosso agradecimento e o nosso abraço, já que foi uma iniciativa da Comissão, aprovada por unanimidade. Faço esse agradecimento na pessoa do Deputado Vanderlei Jangrossi, que já nos convidou para irmos aqui participar de uma reunião dessa Comissão e apresentar as outras linhas de pesquisa que a Epamig faz e, ao mesmo tempo, fazermos uma prestação de contas do que a Epamig está fazendo nos 10 programas de pesquisa. Será também uma oportunidade para que os Deputados conheçam o que Minas hoje significa na área da pesquisa agropecuária. Quero, portanto, agradecer, em nome de todos os 1.016 funcionários, empregados, pesquisadores da Epamig, essa carinhosa e expressiva homenagem que significa muito para todos nós que trabalhamos dedicadamente nesse governo Aécio Neves, sob o comando do Secretário Gilman Viana Rodrigues, para ajudar a nossa agropecuária a ser mais competitiva, continuar gerando emprego e renda para esse milagroso produtor rural de Minas Gerais e do Brasil.

Encerro minhas palavras passando às mãos do Presidente três volumes inéditos do glossário de termos utilizados na cafeicultura. É um documento inédito no Brasil. Quero passar um ao Presidente da Mesa e dois volumes ao Deputado Vanderlei Jangrossi. Também ofereço um brinde ao Presidente da Mesa de um café 100% arábica, tipo exportação, puro de origem, torrado e moído, da Fazenda de Machado. Aproveito essa apresentação do café para dizer que ele só é encontrado e consumido na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Mas, a partir deste ano, dentro do Plano de Sustentabilidade Financeira, a Epamig vai colocar no mercado este café 100% puro, mineiro, de qualidade, à venda para a população de Minas Gerais, mas em escala pequena, porque nosso trabalho é de pesquisa. Não posso perder a oportunidade de dizer também que, pela primeira vez, vamos oferecer ao mercado 10 mil garrafas de vinho fino tinto seco da uva "Syrah", de alta qualidade, produzido em João Pinheiro. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir as músicas "Aquarela do Brasil", "Peixe Vivo" e um "pout-pourri" de "Canção da América" e "Bem-te-vi", que serão apresentadas pelo Sgt. Job Lopes, saxofonista da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura, que, neste instante, se encontra dando entrevista; Sr. Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Epamig e do Consepa, na pessoa de quem cumprimento todos os demais funcionários, trabalhadores e pesquisadores da nossa querida Epamig; prezado Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária da nossa Assembléia, que foi a autora do requerimento que suscitou esta homenagem. Parabéns a V. Exa. e a todos os membros da Comissão por essa iluminada idéia. Com muita alegria, cumprimento o nosso amigo Deputado Padre João, Vice-Presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, grande defensor da cafeicultura no Sul de Minas e em todo o Estado de Minas Gerais; o Deputado Antônio Genaro. Cumprimento também o Sarg. Job Lopes, que, com muito brilhantismo, com seu saxofone, nos presenteou com essas músicas maravilhosas; a imprensa; todos que nos acompanham nas galerias e pela TV Assembléia; os funcionários da Casa; senhoras e senhores.

A comemoração do Dia Nacional do Café é profundamente significativa para o povo brasileiro e, em especial, para o de nosso Estado, pela nossa posição de liderança no mercado cafeeiro nacional. Nossa história e nossa cultura tornaram-se profundamente identificadas não só ao plantio e à exportação do café como ao hábito de seu consumo. Depois de momentos alternados de altos e baixos na pauta econômica e mesmo no prestígio social da bebida, vivemos um momento de plena recuperação de sua imagem social e econômica. Se o café já não é mais visto como causador de estresse e distúrbio do sono, mas como ativador do cérebro e da circulação do sangue e tônico do coração, também o País deixou de dominar o mercado mundial, mas continua líder na produção, agora com mais atenção à qualidade e às peculiaridades do produto. Destinado a consumidores mais exigentes, apresenta versões bem diversificadas: forte, suave, extraforte, orgânico, liofilizado, granulado, solúvel, torrado e moído, num amplo leque de escolhas possíveis. Para que Minas Gerais incorporasse novas regiões produtoras e atuasse no filão de consumo mais sofisticado, foi decisiva a atuação da nossa querida Epamig. Adaptando alternativas tecnológicas, oferecendo capacitação técnica e insumos qualificados aos agricultores, especialmente na cafeicultura, a Epamig está na origem do aprimoramento da

qualidade do produto mineiro. Minas Gerais, à frente da produção nacional, vem apresentando volume e qualidade crescente em seus grãos, e parte importante dessa cultura é obtida pela agricultura familiar, fixando o homem à terra, gerando riqueza e mantendo no local mão-de-obra e força de trabalho. Uma agricultura moderna, inserida na economia mundial e atenta aos gostos do consumidor, passou, nos últimos anos, a caracterizar a atividade no Estado.

Café de alta qualidade é produzido hoje no Sul de Minas, no cerrado, na Zona da Mata e em outras regiões, alavancando as possibilidades de Minas no mercado internacional. Novos desafios se descortinam para o setor, como a necessidade de maior industrialização do produto, já que, embora primeiros na produção de grãos, perdemos para São Paulo a condição de maiores beneficiadores. A valorização em Minas, por outro lado, do café orgânico, nos promete um futuro promissor. Embora incidindo em custos maiores de produção, cresce a um importante ritmo graças à demanda por produtos saudáveis e ecologicamente corretos. Promove, assim, o desenvolvimento sustentável, imprescindível na articulação de políticas econômicas e sociais. Certos de que Minas Gerais conta com uma ampla perspectiva de crescimento do setor, sobretudo pelo apoio da Epamig, pelo apoio geral do governo do Estado, temos os melhores motivos de comemoração neste dia tão especial. Que o café, cuja difusão pelo mundo, a partir da Europa, reuniu escritores e filósofos em torno de sua degustação, fazendo-os criar ou refletir melhor, continue nos dando o mesmo prazer, a mesma energia, ao mesmo tempo em que continue promovendo a riqueza de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/5/2008

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Chico Uejo, Domingos Sávio e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Registra-se, também, a presença dos Deputados Lafayette de Andrada e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.139/2008, no 1º turno (Deputado Inácio Franco); 2.317 e 2.283/2008, no 1º turno (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.139/2008 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Inácio Franco). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.283 e 2.317/2008, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Domingos Sávio. O Projeto de Lei nº 2.179/2008 é retirado da pauta, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, é rejeitado o Requerimento nº 2.418/2008 e é aprovado o Requerimento nº 2.419/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2008.

Ademir Lucas, Presidente - André Quintão - Ivair Nogueira - Inácio Franco.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/6/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a exigência de consumação mínima e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 174 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, e 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresentou. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 6 a 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, e seu parágrafo único. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.150/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento, aos pais ou responsáveis legais, de informações sobre a vida escolar dos alunos regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, no Estado. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 532/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui a Bolsa-Atleta no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.430/2008, da Mesa da Assembléia, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 4/6/2008

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre o Projeto de Lei nº 2.164/2008, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG -, e a implantação da Copanor.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.270 e 2.326/2008, do Governador do Estado, e 2.356/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 2.452/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.508/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 horas DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 400/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.944/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.221/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.272/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.293/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.294/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.313/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.337/2008, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.993/2008, da Deputada Gláucia Brandão.

Requerimento nº 2.513/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 4/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.451/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.520/2008, do Deputado Zezé Perrella .

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 4/6/2008, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 174 da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 2.150/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências; 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a exigência de consumação mínima e dá outras providências; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder

Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 532/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui a Bolsa-Atleta no âmbito do Estado; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006; 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, e 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências; 2.046/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; e 2.430/2008, do Mesa da Assembléia, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas de Ponte Nova e Rio Piracicaba; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, e seu parágrafo único; 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento, aos pais ou responsáveis legais, de informações sobre a vida escolar dos alunos regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, no Estado; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007; e 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Ofício nº 15/2008, do Tribunal de Contas; os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 1.973/2007, do Governador do Estado, e 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.269/2007, do Governador do Estado; 1.364/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 578/2007, da Comissão de Participação Popular; 1.447/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 2.064/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.300 e 2.301/2008, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para a reunião a ser realizada em 4/6/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença dos convidados mencionados na pauta, o aumento no preço de medicamentos praticado pelos laboratórios em percentual acima da inflação, conforme editorial publicado pelo jornal "Estado de Minas" no último dia 5 de abril, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Bráulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Dimas Fabiano, Durval Ângelo, Elmiro Nascimento, Eros Biondini, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Juninho Araújo, Luiz Tadeu Leite, Padre João, Paulo Cesar, Ronaldo Magalhães, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda e Weliton Prado, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 4/6/2008, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.359/2008, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 219/2008*

Belo Horizonte, 29 de maio de 2008.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, solicitando submeter ao exame de seus pares dessa egrégia Casa Legislativa, projeto de lei que altera as Leis nº 13.085, de 31 de dezembro de 1998, nº 14.695, de 30 de julho de 2003, nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, nº 15.304, de 11 de agosto de 2004, nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005 e nº 16.190, de 22 de junho de 2006.

A proposta trata especialmente de ajustes necessários nas leis instituidoras de carreiras dos diversos grupos de atividades do Poder Executivo, tanto quanto das que estabelecem tabelas de vencimento, promovendo, a um só tempo, a valorização do servidor sem comprometer o equilíbrio orçamentário e financeiro, conforme enfatizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG -, à qual compete o desenvolvimento e a execução de políticas públicas de recursos humanos.

Desta forma, as alterações objetivam promover o reajuste da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual – GDPI - e da tabela de vencimento básico da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, cujos integrantes compõem núcleo especializado e estratégico de gestão no âmbito do Poder Executivo (arts. 1º e 7º); harmonizar as regras de ingresso na carreira de Agente de Segurança Penitenciário com o entendimento jurisprudencial sobre a espécie, consolidado na Súmula 266 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (art. 2º); viabilizar novos ingressos, bem como o desenvolvimento dos servidores da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo por meio da ampliação do quantitativo de cargos (arts. 3º e 4º); readequar as normas de ingresso e da estrutura da carreira de Auditor Interno e, finalmente, atribuir aos ocupantes de cargos das carreiras de Técnico e Analista Fazendário de Administração e Finanças melhoria com a ampliação do limite do cálculo da Gratificação de Desempenho Individual – GDI - e, ainda, a criação da GDI-reserva, conforme o disposto nos artigos 8º, 9º e 10.

Cumpre-me ressaltar que as medidas propostas estão em consonância com o disposto no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Tratando-se de matéria relacionada com o regime jurídico de servidor público, cuja iniciativa, para esse fim, está inscrita na alínea "c" do inciso III do art. 66 da Constituição do Estado, solicito a Vossa Excelência e aos Excelentíssimos Senhores Deputados à Assembléia Legislativa do Estado a aquiescência à proposta, renovando os protestos do meu elevado apreço.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 2.431/2008

Altera as Leis nº 13.085, de 31 de dezembro de 1998, nº 14.695 de 30 de julho de 2003, nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, nº 15.304, de 11 de agosto de 2004, nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005 e nº 16.190, de 22 de junho de 2006.

Art. 1º - O § 1º do art. 16 da Lei nº 13.085, 31 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2008:

"Art. 16 - (...)

§ 1º - A GDPI será atribuída aos servidores em efetivo exercício, mensalmente, mediante pontuação aferida com base em avaliação de desempenho individual e institucional, tendo como limite máximo mil pontos por servidor, correspondendo cada ponto a cinquenta e cinco milésimos por cento do valor básico do grau J da faixa de vencimentos da classe IV da tabela constante no Anexo II desta lei."

Art. 2º - O § 3º do art. 9º da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - (...)

§ 3º - A comprovação das condições previstas no § 2º deste artigo será feita pelo candidato no ato da posse."

Art. 3º - Ficam criados oitocentos cargos da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, pertencente ao Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo.

Art. 4º - A estrutura da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, constante no Anexo da Lei nº 15.302, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 5º - O "caput" do art. 15 da Lei nº 15.304, de 11 de agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - O concurso público para ingresso na carreira de Auditor Interno poderá conter as seguintes etapas sucessivas:"

Art. 6º - A estrutura da carreira de Auditor Interno, constante no item I.2 do Anexo I da Lei nº 15.304, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 7º - A tabela de vencimento básico da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, constante no item III.1 do Anexo III da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2008, na forma do Anexo III desta lei.

§ 1º - O acréscimo ao vencimento básico decorrente da aplicação da tabela a que se refere o "caput" será deduzido da Vantagem Temporária Incorporável – VTI, de que trata o art. 10 da Lei nº 15.961, de 2005.

§ 2º - Em decorrência do disposto no § 1º, fica extinta, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Vantagem Temporária Incorporável - VTI para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Art. 8º - O "caput" e o § 2º do art. 17 da Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - Fica instituída a Gratificação de Desempenho Individual – GDI – para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e detentores de função pública das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, de que trata a Lei nº 15.464, de 2005, cujo limite máximo mensal será de 40% (quarenta por cento) do vencimento do valor atribuído ao vencimento básico do grau J do nível V das respectivas carreiras, observada a tabela correspondente à carga horária do servidor.

§ 2º - A GDI será atribuída em cotas–GDI, sendo que o valor de cada cota-GDI será equivalente a 47,17% (quarenta e sete vírgula dezessete por cento) do valor da cota - GEPI."

Art. 9º - O art. 18 da Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 - A GDI de que trata o art. 17 da Lei nº 16.190, de 2006, será incorporada aos proventos de aposentadoria e pensão dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, de que trata a Lei nº 15.464, de 2005, desde que percebida, conforme o caso, pelos períodos de tempo estabelecidos na alínea "c" ou no parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002."

Art. 10 - A Lei nº 16.190, de 2006, fica acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A - Observado o limite previsto no "caput" do art. 17, os servidores ocupantes de cargo efetivo das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e os detentores de função pública posicionados como TFAZ e AFAZ poderão perceber GDI – Reserva, nos termos de regulamento, que especificará as condições e os critérios para sua atribuição e pagamento."

Art. 11 - Ficam revogados:

I - os §§ 1º e 4º do art. 17 da Lei nº 16.190, de 2006;

II - o inciso IV do § 1º e o § 3º do art. 14 da Lei nº 15.302, de 2004; e

III - o inciso IV e o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 15.304, de 2004.

Art. 12 - Os efeitos do disposto nos arts 8º, 9º e 10 e inciso I do art. 11 retroagem a 1º de janeiro de 2008.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2008)

"Anexo

(Arts. 1º, parágrafo único, 19 e 24 da Lei nº 15.302 , de 10 de agosto de 2004)

Estrutura da Carreira de Agente de Segurança Socioeducativo

Carga horária de trabalho: 40 horas semanais

Nível	Quantitativo	Nível de Escolaridade	Grau									
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	1800	Intermediário	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ
II		Intermediário	IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IIJ
III		Intermediário	IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ
IV		Superior	IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ
V		Superior	VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ"

Anexo II

(a que se refere o art. 5º da Lei nº , de de de 2008)

"Anexo I

(Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 15.304, de 11 de agosto de 2004)

I.2 – Estrutura da Carreira de Auditor Interno

Carga horária de trabalho: 40 horas semanais

Nível	Quantitativo	Nível de escolaridade	Grau									
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	210	Superior	I A	I B	I C	I D	I E	I F	I G	I H	I I	I J
II		Superior	II A	II B	II C	II D	II E	II F	II G	II H	II I	II J
III		Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	III A	III B	III C	III D	III E	III F	III G	III H	III I	III J
IV		Pós-graduação "stricto sensu"	IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J

Anexo III

(a que se refere o art. 7º da Lei nº , de de de 2008)

"ANEXO III

(Inciso III do art. 1º da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005)

III. 1 – CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	NÍVEL										
Superior	I	1.600,00	1.659,20	1.720,59	1.784,25	1.850,26	1.918,72	1.989,71	2.063,33	2.139,67	2.218,84
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	II	1.918,73	1.989,72	2.063,34	2.139,68	2.218,84	2.300,94	2.386,07	2.474,35	2.565,90	2.660,84
Pós-graduação "stricto sensu"	III	2.300,95	2.386,08	2.474,36	2.565,91	2.660,85	2.759,30	2.861,39	2.967,26	3.077,04	3.190,89
Pós-graduação "stricto sensu"	IV	2.759,31	2.861,40	2.967,27	3.077,06	3.190,90	3.308,96	3.431,39	3.558,35	3.690,01	3.826,53"

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/5/2008

O Deputado Arlen Santiago* - Caro amigo Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputada Cecília Ferramenta, Deputados, telespectadores da TV Assembléia. Hoje temos alguns motivos de muita alegria para ocupar esta tribuna. Esta nossa alegria de hoje tem-se tornado rotineira porque as ações do Governador Aécio Neves em nosso Estado equacionando nossas finanças tem possibilitado a implantação de obras em todo o Estado de Minas Gerais. Todos os dias um novo programa, todos os dias novas ações que fazem com que o povo mineiro, principalmente o

povo das cidades de menor IDH, tenha, a cada dia, mais alegria.

Alegria real, por exemplo, que se vê nas localidades. Isso acontece pela maneira cortês e educada com que o Governador Aécio Neves se relaciona com o governo federal e com todos os Prefeitos. Um exemplo é a nossa querida Salinas, tão bem gerenciada pelo Prefeito José Prates. Há poucos dias mesmo estivemos lá com a Presidente do Servas, Andréia Neves, inaugurando um centro para cuidar melhor das crianças, o qual realmente faz inveja, praticamente, até a países da Europa. As crianças de Salinas receberam o Centro Solidário e hoje estão mais bem cuidadas.

Além disso, a cidade que só tinha 20% das ruas asfaltadas quando o Prefeito José Prates assumiu está caminhando para chegar aos 80%, com o trabalho que o Governador tem feito na localidade.

Tínhamos um projeto gestado na Copasa em 1997 chamado Pass-Bid, que seria um empréstimo que a Copasa tomaria do BID para levar água às comunidades de cidades de baixa renda. O projeto não vingou, mas nasceu um outro programa, chamado Proágua Semi-Árido, que, numa parceria entre os governos federal, estadual, a Prefeitura de Salinas e alguns outros Municípios, investiu R\$15.000.000,00 em obras de saneamento básico que melhoram muito a qualidade de vida do povo de várias comunidades, como Nova Matrona, onde reside o Presidente da Câmara Municipal, Eilton Santiago, como também Ferreirópolis, Nova Fátima, Atoleiro, São José e várias outras.

No dia 3 de junho, caros amigos, o Governador Aécio Neves lança um novo pacote e o pacote final das obras do Pró-Acesso, esse programa vitorioso do Governador para levar asfalto a todas as cidades mineiras que não tinham a alegria de estradas asfaltadas. É por isso que hoje saímos de Brasília de Minas e passamos pela Estrada Laurentino Pereira Freire, nome de meu grande correligionário, já falecido, que ousou pedir ao Governador o asfalto para Ubaí, que está pronto. Além disso, há o asfalto ligando Ubaí a São Romão, cidade em que o Prefeito Lúcio tem realizado um grande trabalho.

Também desenvolvemos um trabalho, e o Governador Aécio Neves liberou o asfalto para a nossa querida cidade de Rio Pardo de Minas. Trabalhamos, juntamente com o ex-Prefeito Manoel Capuchinho, e pedimos ao Governador para que o asfalto chegasse até à cidade de São João do Paraíso. A firma paulista, dos Meneghettis, está fazendo um novo projeto para aumentar mil empregos com carteira assinada, além dos mil já gerados.

Estamos vendo, agora, a estrada chegar até Berizal, onde o nosso querido Prefeito José Mota, amigo do Governador Aécio Neves, do nosso querido benfeitor Aécio Cunha, pai do Governador, sempre tem sido um braço forte da região.

Agora, o Governador autoriza recursos na ordem de R\$1.200.000,00 para que o Rio Pardo tenha mais uma ponte e ligue Ninheira a Berizal. Além disso, a estrada de Ninheira a Berizal também já foi autorizada pelo Governador. Aproveito a oportunidade para cumprimentar os amigos Lolá, Osmar, Jacir, Janete e tantos outros.

No dia 3 de junho, às 11 horas, o Governador lançará um pacote com 49 novos trechos, que beneficiará inúmeras cidades de Minas. Apenas quatro trechos ainda não estão sendo incluídos por se tratar de estradas, BRs federais não concedidas para o Estado, que estão no PAC. Queremos que o PAC desempenhe para que esses asfaltamentos da BR-135 ligando Manga a Montalvânia sejam feitos, assim como da BR-367 na região de Salto da Divisa.

O Governador lançará esse pacote no dia 3 de junho, no Palácio da Liberdade, beneficiando alguns trechos, dos quais relacionarei alguns. Um desses trechos levará a estrada de Campo Azul, onde o Prefeito, do meu partido, o PTB, Carlinho de Cirilo, faz um grande trabalho, até o entroncamento de Brasília de Minas. Serão 43km.

O Governador está terminando também a obra do contorno de Januária, de mais de R\$6.000.000,00, que já está em fase final e será inaugurada ainda em junho. O asfaltamento de Januária a Cônego Marinho e a Bonito de Minas vai de vento em popa. O Governador agora lançará um novo pacote: a estrada que ligará Cônego Marinho, caro Vereador Preto, cara amiga Diretora Raquel, à cidade de Miravânia, onde sou majoritário, onde o Prefeito Bila, o ex-Prefeito Elzio, seu pai, estão fazendo um grande trabalho.

Gostaria também de dizer que para a terra onde tive a alegria de ser Prefeito e sou majoritário, chamada Coração de Jesus, o Governador autoriza a licitação de obra que levará asfalto dessa cidade até São João do Pacuí, onde nosso Prefeito do PTB, o Toninho, tem feito grande trabalho. Cumprimento todos os nossos amigos de lá.

Abro um parêntese para dizer que o Governador acaba de autorizar obra que não é do Pró-Acesso. Estivemos, há 15 dias, com nosso amigo Dr. Danilo de Castro, assim como com Paulo Bregunci, com o Zé Silva e com várias outras pessoas em Coração de Jesus. O Dr. Danilo foi incumbido pela liderança de Coração de Jesus e também por nós de informar ao Governador que a primeira parte daquela estrada que ele mandou fazer ligando Brasília de Minas a Coração de Jesus ficou pronta. Também será beneficiado o trecho de Brasília de Minas a Ponte do Cigano, Distrito de Coração de Jesus, onde moram muitos amigos nossos, como o Jucão. O Governador agora destinará R\$4.000.000,00 para o DER terminar essa obra. Os contratos já estão sendo feitos pelo DER. Como disse, será beneficiado o trecho de Ponte do Cigano até Coração de Jesus, grande reivindicação de muito tempo.

Quero dizer a nossos amigos o Prefeito Marclênio, o ex-Prefeito Alceu, o nosso Secretário de Saúde Marlon que o Governador autoriza também obra de Fruta-de-Leite, cidade onde tenho o maior índice de minha votação, onde sou majoritário. O trecho abrangerá de Fruta-de-Leite até a BR-251.

O Governador também autoriza, caro Prefeito Nilsinho, de Padre Carvalho, o asfaltamento da BR-251 até Padre Carvalho, assim como a licitação. Quero dizer ao pessoal de Josenópolis, nosso amigo Gumercindo, nossos Vereadores Dos Anjos, Divina, que o Governador autorizou o pedido de vocês para o asfaltamento de Padre Carvalho a Josenópolis.

Mando abraço à população de Montalvânia e de Juvenília. O Governador autoriza, no dia 3, caro Prefeito Toninho Marinho, Vice-Prefeito Péu, caro Prefeito Dr. José, caros amigos de Montalvânia, o asfaltamento de Montalvânia até Juvenília, uma estrada estadual.

Gostaria de cumprimentar o Prefeito Éden Celestino, os amigos de Lagoa dos Patos e de São João da Lagoa, onde estivemos no sábado, em uma grande festa do Prefeito Eden. Estivemos também com o Prefeito João Ramos, de São João da Lagoa. O Governador também autoriza o asfaltamento de São João da Lagoa até Lagoa dos Patos, resolvendo definitivamente o problema da região. O trecho de Cônego Marinho a Miravânia já estamos licitando, o de Juvenília a Montalvânia também.

Gostaria de mandar um abraço para nosso companheiro de Novorizonte, o Prefeito Hílton Costa, e os amigos porque o Governador também autoriza que o asfaltamento de Novorizonte até a MG-404, em um trecho de 20km, seja efetuado. Hílton, a luta sua e do povo de Novorizonte foi contemplada pelo grande Governador dos mineiros, o Governador Aécio Neves.

No dia 14 estaremos também na grande festa de Pai Pedro, onde o grande Prefeito José Geraldo está fazendo um grande trabalho, melhorando muito o índice de desenvolvimento infantil, visto que a cidade, há 10 anos, tinha o pior índice de desenvolvimento infantil de toda Minas Gerais. Hoje não é mais assim.

D. Vivi, minha grande amiga, o Governador autoriza também a licitação dessa obra de Pai Pedro até Porteirinha, o que melhorará muito a região do Tanque. Quero mandar um abraço para o Vereador Mourão e dizer que já foi publicada uma emenda nossa para a compra do veículo para atender à população. Em Porteirinha foram perfurados também vários poços artesianos, através da Sedru. No dia 3 de junho haverá uma licitação para equipar esses poços. Mando também um grande abraço para o meu grande amigo Juraci Freire.

Quero também mandar um abraço para os nossos companheiros de Varzelândia. Caros amigos Josemar e Renato, Vereador de Ibiracatu, o Governador, no dia 3, autoriza também a licitação e posterior convênio da obra de Varzelândia até Ibiracatu.

Gostaríamos de dizer também ao povo de Uruana de Minas, ao nosso ex-Prefeito, à Tânia, nossa Secretária de Educação, ao Prefeito de Tiago que o trecho de Garapuava até Uruana de Minas estará sendo atendido.

O tempo sempre é pequeno para falar das obras do Governador Aécio Neves atendendo os Municípios onde somos votados porque esse grande Governador dos mineiros, que é aplaudido por todos os mineiros e tem índices de aprovação nunca vistos antes em todo o Brasil, também autoriza o Igam a realizar uma audiência pública - já foi feita na segunda-feira - e liberará, dentro do programa que também já foi feito em Salinas, também em Januária, onde serão aplicados R\$9.500.000,00.

Caro Prefeito Sílvio, Ademir e amigos de Januária, esses recursos serão aplicados em obras, como, por exemplo, em melhoria de qualidade de saneamento básico em Januária, com R\$4.500.000,00 e mais de R\$4.000.000,00 em várias comunidades rurais para que a gente possa trabalhar para acabar com o caminho-pipa de Januária.

Em junho, daqui a pouco, estaremos em uma audiência com o Governador Aécio Neves, para convidar algumas comunidades como Várzea da Palma, São João da Ponte e Januária, onde Sua Excelência tem uma quantidade de obras enormes para inaugurar em qualquer Município deste Estado.

Em Januária é com o Minas Avança, com um contorno pronto de mais de R\$6.000.000,00, com o Viva a Vida, com mais de R\$4.000.000,00, e agora esse programa em parceria do governo do Estado com o governo federal, o Proágua Semi-Árido, que colocará R\$9.500.000,00.

Sr. Presidente, agradeço a atenção. Revelamos ao povo de Minas Gerais que estamos hoje muito alegres porque o Governador ruma para terminar esse programa do Pró-Acesso, que muitos consideravam impossível. Mas nada é impossível quando se tem vontade, competência e gestão, como o Governador Aécio Neves e a sua equipe. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, gostaria de falar, nesta tarde, sobre o exame do Enade realizado recentemente, que avaliou as faculdades de Medicina no Brasil, já tendo sido liberado o resultado em todo o País.

Antes quero abordar um tema importante, pois tivemos uma audiência pública há poucos dias, na cidade de Corinto, que o nosso Presidente Doutor Viana também conhece. Ontem tivemos audiência para tratar do mesmo assunto com o Secretário Marcus Pestana, a qual contou com a presença das autoridades da cidade - nem todas, é verdade. Falamos sobre o problema da Santa Casa, que foi reformada, reinaugurada e reequipada há pouco tempo, portanto está em condições de oferecer bom atendimento à população, mas lamentavelmente foi fechada. Como V. Exa. sabe, Sr. Presidente, estivemos lá atendendo à solicitação do Deputado Célio Moreira, que, assim como V. Exa., também é votado naquela cidade. Participamos de uma audiência pública com a Secretária Municipal de Saúde, o Provedor da Santa Casa, o Promotor Público e demais lideranças. O clube de Corinto estava totalmente lotado, tamanho o interesse que o assunto desperta naturalmente na população local. Após o encontro, ficamos de marcar reunião com o Secretário de Saúde, para levarmos adiante o propósito de reabrir o hospital. Ontem estivemos no seu gabinete, mas infelizmente a Prefeita não compareceu, assim como o Secretário Municipal de Saúde. O encontro foi muito produtivo, tendo sido aprovada a proposta de continuar lutando pela causa, com o Promotor de Justiça e um representante da Secretaria de Saúde indicado pelo Secretário - nesse caso, o Secretário Adjunto -, além dos membros da Comissão de Saúde da Assembléia.

Consultaremos a Prefeita, o Provedor e talvez as autoridades religiosas, principalmente o Bispo de Diamantina, com o objetivo de encontrar uma solução para reabrir o hospital. É lamentável, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, que isso esteja acontecendo em uma cidade como Corinto, com mais de 20 mil habitantes, que atende a outros Municípios daquela microrregião. O hospital está em plenas condições de funcionamento, mas foi fechado por problemas de ordens diversas. Naturalmente, sobressai um desentendimento político que existe lá e infelizmente penaliza toda a população de Corinto e da região. Esperamos que, daqui a alguns dias, possamos vir a esta tribuna dar a boa notícia de que o hospital será reaberto. É esse o nosso propósito, essa é a nossa disposição.

Antes de falar sobre o assunto que me traz aqui, ouvirei o Deputado Doutor Rinaldo, que participou ativamente tanto da audiência pública em Corinto como da reunião de ontem no gabinete do Secretário de Saúde Marcus Pestana.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Mosconi, pela cessão da palavra. Quero apenas cumprimentá-lo por seu trabalho à frente da Comissão de Saúde, nessa nossa viagem a Corinto. Como V. Exa. diz, o assunto é preocupante. O hospital é bom, tem um bloco cirúrgico e um bloco obstétrico em boas condições, mas foi fechado. Sabemos que existem problemas políticos na cidade. O nosso trabalho, apesar de político, nunca é partidário. Estamos ali para tentar resolver o problema das pessoas, não apenas de Corinto, mas de várias cidades, que precisam daquele hospital. Gostaria de falar da ausência da Prefeita nesses dois encontros. Saímos daqui com destino a Corinto e não fomos recebidos pela Prefeita, num gesto deselegante. Fomos até lá para tentar resolver um problema da cidade que ela administra, e ela não nos recebeu. Também fizemos uma reunião na Secretaria de Estado de Saúde, com o Secretário Marcus Pestana, autoridade máxima no assunto em Minas Gerais, que é quem vai realmente nos ajudar a concretizar a abertura desse hospital, e, mais uma vez, a Prefeita não compareceu nem enviou para representá-la o seu Secretário de Saúde. Desse jeito, não sei como ela quer cuidar da saúde da população de Corinto. Não conheço a Prefeita, não sou da região de Corinto nem tenho nenhum voto nessa cidade, como também não estou preocupado em ter votos por lá, já que a cidade de Corinto não faz parte do meu reduto eleitoral. Estou preocupado é com a população, que precisa de saúde. Estamos nesta Casa para defender essa bandeira, porque somos da Comissão de Saúde.

Como estava dizendo, a sua ausência na Secretária de Saúde, para cuidar de um assunto tão sério da sua cidade de Corinto, foi o segundo gesto deselegante da Prefeita. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlos Mosconi* - Eu é que agradeço, Deputado Doutor Rinaldo, mas tenho a certeza de que o Deputado Doutor Viana, que inclusive está presidindo a reunião no dia de hoje, tem influência positiva sobre a Prefeita. Com a intervenção dele, caminharemos para uma possível solução na cidade de Corinto. Espero que isso venha a acontecer e que possamos trazer até aqui essa notícia. Como estava dizendo, o

que me traz realmente a esta tribuna, além desse assunto, é a avaliação, pelo Ministério da Educação, das faculdades de Medicina do Brasil. Há poucos dias, a imprensa toda se manifestou sobre isso.

Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, gostaria de manifestar minha satisfação pela classificação de uma faculdade de Medicina do Sul de Minas, a Unifenas, a Faculdade de Medicina de Alfenas, eleita a 1ª faculdade de Medicina, na classificação das faculdades privadas do Estado de Minas Gerais, e a 5ª de todo o Estado, alcançando também uma classificação extremamente honrosa entre as faculdades privadas de todo o Brasil. Quero manifestar minha satisfação, porque conheço muito a Universidade de Alfenas e tenho ligação com a sua faculdade de Medicina, uma vez que fui professor de Medicina nessa faculdade. Posteriormente, tive a honra de dirigir, em Belo Horizonte, a faculdade de Medicina daquela Universidade. Aliás, a faculdade de Medicina de Belo Horizonte encontra-se no sexto ano de atividade, portanto ela não entrou no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade -, razão pela qual ela não foi citada na classificação, uma vez que não participou do exame por não ter cumprido os seis primeiros anos da sua existência. O que não podemos deixar de ressaltar aqui é o aspecto da qualidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Alfenas, que realmente prevalece e vem se tornando uma marca dessa Universidade vitoriosa em Minas Gerais e no Brasil. Assim sendo, manifesto meus cumprimentos à atual Reitora da Universidade, Maria do Rosário Vellano, e a toda a sua equipe. Também faço uma saudação póstuma ao grande Prof. Edson Vellano - que infelizmente faleceu há poucos meses e foi o grande criador da Universidade José do Rosário Vellano, a Unifenas -, por ter colocado a Faculdade de Medicina de Alfenas num nível extremamente positivo, correto e bom, prestando um serviço de primeiríssima qualidade para aquela região. Ele ainda cuidou, com esmero, da parte pedagógica, de formação dos alunos, com um corpo docente de primeira qualidade. Quero também cumprimentar o Diretor daquela escola, o Prof. Adelino, bem como o Diretor do hospital, Dr. Agnaldo, e toda a equipe docente daquela faculdade de Medicina.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, no momento em que discutimos, no Brasil, o número exagerado de faculdades de Medicina que existem por aí, o fundamental a ser discutido é exatamente o que o Enade está fazendo, por meio do Ministério da Educação, que é discutir a questão da qualidade. Agora, se existem muitas faculdades, isso nós ainda vamos avaliar. Não é fácil fazer essa avaliação, assim como não é fácil querer coibir que jovens entrem para uma faculdade de Medicina. O que o Ministério da Educação tem de fazer, e ele está caminhando um pouco nessa direção, assim como o Sistema Mineiro de Educação, que está consagrado na Constituição de Minas Gerais, é cuidar da qualidade do ensino que é oferecido à juventude. Quando falamos que existem muitas faculdades de Medicina e que, portanto, existem muitos médicos no Brasil, fico questionando-me se essa é mesmo a nossa realidade.

Onde é que estão? Vejo a luta das administrações municipais para contratar médicos para chefiarem as equipes do Saúde da Família. Muitas equipes não são abertas porque não existem esses profissionais. Eles têm um salário inicial muito adequado e bom. As Prefeituras oferecem cerca de R\$7.000,00 para início de carreira, e os profissionais não aparecem. Há muitas Prefeituras à procura de pediatras, neurocirurgiões, clínicos-gerais, anestesistas e não encontram. Será mesmo que temos muitos médicos ou será que desejam colocar essa situação como se fosse verdade? Não estou querendo defender a abertura de faculdades, mas quero colocar o tema em discussão porque é atual e importante. Belo Horizonte, onde há um bom sistema de saúde - parabênizo o Prefeito Pimentel e o Secretário Helvécio Miranda Magalhães Júnior -, está à procura de profissionais para abertura de novos PSFs. Lá em Poços de Caldas e Andradadas, minha terra, os Prefeitos estão à procura de médicos para abertura de novas equipes do Saúde da Família e não encontram. É uma situação que precisamos analisar mais cuidadosamente. Dizem que há mil médicos por habitante, mas de que maneira fazemos essa classificação? Qual é a população que estamos avaliando? População de alta renda, de baixa renda, carente? São situações muito diversificadas no País e que devem ser mais bem analisadas. Acrescente-se o fato de termos aproximadamente 1.600 cidades sem nem um médico sequer. São questões que precisamos avaliar, em vez de falar que há muitas faculdades e muitos médicos. Não estou defendendo isso, mas quero ressaltar a importância de discutirmos a qualidade do ensino médio dado aos alunos do curso de Medicina.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Obrigado, é uma honra apartear V. Exa. Comungo com sua idéia e trabalho e desejo parabenizá-lo e agradecer-lhe a presteza com que atendeu o nosso requerimento para realização de audiência pública em Corinto, quando V. Exa. e o Deputado Doutor Rinaldo visitaram a Santa Casa. Nessa audiência, em que não coube tanta gente, todos preocupados com a saúde do Município, onde filhos e familiares estão morrendo por falta de assistência médica, foi acordado com o Ministério Público, o provedor, alguns movimentos, o Conselho de Saúde e o Secretário de Saúde do Município que faríamos uma visita ao Secretário de Saúde, a qual aconteceu ontem. V. Exa. e o Deputado Doutor Rinaldo estiveram presentes, mas outra vez não recebemos a Prefeita de Corinto, em total desprezo pela saúde da comunidade e numa falta de vontade de resolver esse problema. Há uma irresponsabilidade muito grande dessa administração, e, por uma briga política, as pessoas estão pagando com a vida. Ouvi o testemunho do Deputado Doutor Rinaldo e de V. Exa. sobre as cidades em que a Comissão de Saúde realizou audiências públicas. Aliás, acredito que a Comissão de Saúde seja uma das mais requisitadas desta Casa, até porque a questão da saúde do nosso Brasil não vai muito bem. E vimos que aquela cidade está pedindo socorro - lembro que uma solução para Corinto vai atender a mais cinco cidades: Monjolos, Santo Hipólito, Augusto de Lima, Buenópolis e parte de Morro da Garça. O Presidente Carlos Mosconi foi testemunha do descaso da administração municipal, até porque V. Exa. encaminhou ofício à Prefeita, e ontem foi dito na Secretaria que ela não recebeu convite para participar da reunião. Quer dizer, é uma irresponsável, que não tem nenhum interesse em ajudar aquela cidade. Infelizmente, vamos ter de esperar até outubro para tentar dar cabo a isso e fazer com que aquela comunidade volte a ter um atendimento de saúde realmente digno. Gostaria de registrar e agradecer o atendimento imediato por parte de V. Exa. em socorro àquela comunidade, mas lembro que o trabalho dessa Comissão da Assembléia Legislativa, desse parlamentar, do Ministério Público e da Santa Casa, infelizmente ficou prejudicado pela ausência da administração. Obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito o aparte de V. Exa., Deputado Célio Moreira, que tanto interesse tem demonstrado e tanto trabalho tem feito para encontrar uma solução para essa questão em Corinto. Entendemos perfeitamente, Deputado Célio Moreira, que lá exista a questão política. Vimos isso quando lá estivemos e até dissermos então que a questão política pode prevalecer, permanecer ou durar; esse é um problema que eles têm de resolver lá. Mas isso não deveria, de maneira alguma, penalizar a população da cidade. Se há um problema ou um impasse político, isso deveria ser resolvido nas eleições - e em breve poderemos fazê-lo. Mas que deixem o hospital aberto para atender o povo, que não tem de pagar um preço tão alto por esse impasse ou desencontro político, que, em nosso entendimento, passa a ser injustificável, uma vez que vai penalizar toda a população da cidade e da região. Encerro minhas palavras, Presidente, enviando os meus cumprimentos e manifestando minha enorme satisfação pela classificação extremamente honrosa da Faculdade de Medicina de Alfenas - Unifenas - no exame feito pelo Enac. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna nesta tarde para abordar um tema que tenho acompanhado de perto, relativo à implantação do Territórios da Cidadania em nosso Estado. Mas, antes de fazê-lo, quero conceder aparte ao nobre Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Almir Paraca, agradeço a gentileza de seu aparte, mas quero trazer uma notícia que acredito ser importante para todos nós, principalmente para V. Exa. e os demais Deputados que integram a frente parlamentar - que, se Deus quiser, em breve será formalmente lançada - que trata dos assuntos ligados à BR-040, principalmente sua duplicação.

Várias audiências públicas foram realizadas nesta Casa, e hoje estou aqui para fazer um elogio. Acho que devemos criticar e brigar na hora certa, mas também temos de elogiar as ações que estão sendo executadas. Assim, hoje, queremos elogiar a ação emergencial que vem sendo feita pelo DNIT, por seu Superintendente substituído em Minas, Edson Aires, que, na sexta-feira passada, com o Superintendente Waltair, da Polícia Rodoviária Federal, fez uma inspeção em todos os trechos visitados pela Comissão de Transporte. Hoje recebemos a notícia de que, nos trechos em que a situação está mais grave, está sendo feita a operação tapa-buraco, e também que está sendo concluída hoje a implantação de 60 delineadores e mais 30 placas nos locais em que há um risco maior. Isso já é uma resposta que foi dada a todos nós, em função do nosso trabalho - da Comissão do Trabalho e dos demais Deputados desta Assembléia - em levantar constantemente esse assunto nesta Casa.

A última notícia é que, em contato hoje com a CSN, fomos informados de que existe uma possibilidade de início, já para julho deste ano, da rodovia nas proximidades da Ferteco, o que eliminará aproximadamente 80% do trânsito na região, ajudando a diminuir o risco daquele trecho. Por fim, aviso que fomos informados pelo Dr. Fernando Coura, do Sindiextra, de que hoje, à tarde, estaremos reunidos com o DNIT, com vistas a formalizarem um convênio para, também numa ação emergencial, atuarem na recuperação desse trecho.

Muito obrigado pelo aparte. Era essa a notícia que queria dar a todos.

O Deputado Almir Paraca - Compartilhamos essa preocupação com o nobre Deputado. Também somos usuários da BR-040 e estamos sofrendo, como todos que trafegam por essa rodovia em direção a Brasília. Fizemos também gestão, e acredito que isso vem em boa hora. E acredito, Deputado, que precisamos efetivamente acompanhar esses processos de reforma das rodovias. Há um trecho, a partir do trevão de Curvelo até Três Marias, que foi totalmente refeito há muito pouco tempo - no máximo, há quatro anos - e é o pior trecho da rodovia. Tem de se pensar em mecanismos que responsabilizem as empresas, porque, nesse caso particular, o serviço foi muito malfeito. Estamos alegres com essa obra também e a conferiremos. Na semana que vem, eu te digo como está o andamento da obra, porque passarei lá, no fim de semana.

Retomando o assunto do Territórios da Cidadania, anteontem, no Palácio da Liberdade, tivemos a assinatura de um acordo de cooperação entre o governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estavam presentes os Ministros Guilherme Cássio e Patrus Ananias, o Prefeito de Belo Horizonte, o Governador e Secretários de vários Estados, para efetivamente fazer deslanchar esse programa, que consideramos fundamental para as regiões de Minas Gerais deprimidas economicamente - o Noroeste e o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. No total, 84 Municípios compõem esses quatro Territórios e estão recebendo ajuda do governo federal, neste ano, por meio de várias ações, incluindo as de infra-estrutura nas áreas de saúde e educação, voltadas para a assistência e a promoção social. É a rede de proteção social hoje em curso, por meio de ações do governo federal, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estão chegando 768 milhões a esse conjunto de Municípios, que são fundamentais para ajudar no processo de combate à pobreza rural, o primeiro propósito do programa Territórios da Cidadania.

Quando se fala na integração das ações, nos esforços do governo federal, do governo do Estado e do Município, efetivamente temos de comemorar e nos alegrar. Sabemos que, entre a manifestação do propósito, a boa intenção que ficou registrada no acordo de cooperação e a efetiva integração e articulação de políticas públicas nos Territórios, há uma grande distância. Mas cabe a todos nós, interessados na melhoria da qualidade de vida da população, trabalhar nesse sentido e nessa direção.

Sabemos que as políticas do governo federal - que aliás são muitas e estão chegando de forma muito intensa a cada uma dessas regiões, Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri - precisam ser integradas e articuladas de maneira rápida, com as suas ações, a fim de estimular os Prefeitos e as lideranças municipais a fazerem um esforço no mesmo sentido, na mesma direção. Disso efetivamente depende o sucesso do Territórios da Cidadania, que é um programa de desenvolvimento sustentável territorial, assim como a participação dos Prefeitos e das lideranças municipais. Os Prefeitos são os principais agentes que poderão ajudar a configurar de fato essa nova territorialidade que transcende as fronteiras dos Municípios, além de uma nova identidade regional fundamental para abordar de maneira sistêmica e integrada e promover as soluções para os problemas regionais, que, ao mesmo tempo, são de todos os Municípios e configuram as dificuldades muitas vezes estruturais de determinada região.

Na semana passada, no feriado prolongado, andamos pela região Noroeste para visitar vários Municípios, particularmente os da Bacia do Rio Uruçuia. Mais uma vez, tivemos oportunidade de constatar uma série de problemas e de dificuldades dessa nossa região, que é um dos Territórios da Cidadania. Um deles - que, aliás, é um reclamo permanente - é a cobrança pelo Programa Luz para Todos. Quero registrar, mais uma vez, que não dá para entender por que até hoje, pela informação que obtivemos nesta data, não foi ainda assinado o contrato entre a Cemig e a Eletrobrás para a retomada de programa tão importante e fundamental, principalmente quando se fala em desenvolvimento e qualidade de vida nas regiões do interior do Estado. Portanto, ficam aqui o nosso registro e a nossa cobrança para que a Cemig agilize a assinatura desse contrato, promova a licitação e a concorrência pública a fim de que efetivamente chegue novamente o programa à cidade do interior e as ligações sejam, de fato, retomadas.

Constatamos também a dificuldade da maioria dessas comunidades, que não possuem coisas que hoje são banais para o cidadão comum dos grandes centros, como a internet em banda larga. Fica até difícil de entender isso. Esse é um serviço corriqueiro, comum, já plenamente acessível nos grandes centros, nas cidades de porte médio e em muitas pequenas cidades. Todavia, ainda não está disponível nessas regiões; aliás, muitas delas não têm nem mesmo serviço bancário, que é fundamental para que uma comunidade toque sua vida e faça as transações cotidianas normais e naturais que precisam ser efetuadas para adquirir, vender e comercializar produtos.

É bom também registrar que, nessa viagem, constatamos novamente uma agressão ambiental fantástica na Bacia do Rio São Francisco, particularmente nessas duas grandes bacias que são tributárias da margem esquerda do Rio São Francisco: a Bacia do Rio Uruçuia e a do Rio Paracatu. Desmatamentos recentes e outros mais antigos chegam até à cabeceira das veredas. Falta efetivamente a pastagem ou a lavoura entrar vereda adentro. Essa é uma revelação do descuido e da incompreensão do sistema do meio ambiente, da ecologia e da natureza. Os prejuízos já se manifestam. Passamos por inúmeros trechos sobre leitos secos, já a essa altura secos, sem nenhuma gota de água. Portanto, o programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco é realmente uma urgência em toda a bacia, de maneira particular no Território da Cidadania do Noroeste.

Gostaria também de registrar que conseguimos, depois de muita discussão, a duras penas, pois todos sabem que não é fácil, viabilizar um convênio, por meio do Ministério da Integração e da Codevasf, para a construção de 13 mil barraginhas na Bacia do Rio Uruçuia, alcançando os 10 Municípios da Bacia.

Essa é uma ação que possui uma demanda real e constante dos pequenos produtores, dos agricultores familiares, dos assentados e também dos médios e grandes produtores da região, e, mesmo assim, dois Prefeitos da região negaram-se a aderir ao consórcio intermunicipal, uma institucionalidade nova e necessária para viabilizar esse tipo de ação. As barraginhas - são mais de 1.200 barraginhas para cada Município - não alcançaram os Municípios de Uruana de Minas e São Romão. Será difícil, para os Prefeitos, explicar aos produtores rurais, aos pequenos produtores por que essas barraginhas, tão necessárias, tão reclamadas, não chegarão a seus Municípios.

Essa mesma ação está sendo articulada para a Bacia do Paracatu. Estamos no esforço para convencer os Prefeitos, os Presidentes de Câmaras, as lideranças de que é fundamental criar essas novas institucionalidades, com todo o escopo do programa Territórios da Cidadania, a fim de que se viabilizem ações de fato regionais. Uma Prefeitura não pode assumir ação em Municípios vizinhos.

Sr. Presidente, gostaria de ter a sua aquiescência para completar o nosso raciocínio.

As barraginhas são uma evidência de que muitas outras ações dessa natureza podem também alcançar regionalmente os Territórios, mas é necessária a adesão, a participação dos Prefeitos.

Quando se fala em programa de desenvolvimento territorial, em integração de políticas públicas entre governos federal, estadual e municipal, é preciso dizer que o governo do Estado necessita promover a integração das suas políticas e ações, seja nas regiões definidas como Territórios da Cidadania, seja em outras regiões.

Nessa viagem, tivemos também a oportunidade de visitar uma das unidades das Escolas Caio Martins, no Município de Riachinho, na Fazenda Conceição, e constatamos o completo abandono dessa unidade. Sabemos que muitos e muitos programas do governo do Estado poderiam chegar facilmente a essa unidade, pois é uma unidade de educação e de assistência social às crianças e aos adolescentes do Estado. Programas da saúde, da educação, da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude não chegam aonde estão alocadas as Escolas Caio Martins.

Sr. Presidente, faremos uma visita a cada uma dessas unidades e um relatório detalhado e o apresentaremos ao Secretário, pois há um ano solicitamos isso ao então Secretário Fahim Sawan, que já tinha conhecimento e estava muito preocupado com isso. Conversamos novamente com o Gustavo Corrêa, logo depois que ele assumiu, e até hoje não tivemos uma ação concreta para resolver e remediar o problema das Escolas Caio Martins.

Agradeço a atenção dos senhores, e esperamos que a memória do Cel. Almeida, fundador das Escolas Caio Martins, seja resgatada, honrada, pois essa é uma obra que já fez muito para muita gente em Minas Gerais e continua essencial para a ressocialização de crianças e de jovens em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Já no início do meu pronunciamento, concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Meu aparte será rápido. No próximo dia 1º de junho, Divinópolis estará comemorando seu 96º aniversário. É uma cidade que cresceu muito, que se desenvolveu, que é orgulho para a região Centro-Oeste de Minas Gerais. Como amanhã, na reunião que antecede o aniversário, não faremos uso da tribuna, pedi o aparte para deixar um abraço para todos de Divinópolis, minha cidade natal. É uma data importante, e quero desejar a todos que nossa cidade continue crescendo e gerando emprego e renda para a população. Na próxima terça-feira, no uso da tribuna, detalharei mais sobre a passagem desse aniversário. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado André Quintão* - Agradeço esse aparte do Deputado Doutor Rinaldo, que veio em muito boa hora. Queria também cumprimentar os amigos e as amigas de Divinópolis. Tenho a honra de ser o Deputado Estadual do PT mais votado naquela cidade e queria transmitir a todos um grande abraço na pessoa do nosso Vereador do PT, Juliano do Pio.

Queria, Sr. Presidente, tratar de um assunto em que a Assembléia tem tido uma atuação muito importante, pois é o maior evento legislativo deste ano: o seminário "Minas de Minas". Estamos próximos de concluir a última etapa regional, e eu, que tenho acompanhado de perto alguns encontros, venho hoje à tribuna para relatar alguns fatos e emitir algumas opiniões preliminares a partir de alguns eventos, reflexões e debates de que temos participado. Esse é um seminário importante porque a mineração no Estado de Minas Gerais - e o nome do nosso Estado já revela sua vocação - pode ter uma importância econômica estratégica. Sabemos que no nosso PIB há grande participação da atividade minerária, que é fundadora da própria história de Minas Gerais, onde ela tem suas particularidades, especificidades, variando de região para região. Queria agora fazer reflexões sobre duas regiões específicas. A primeira delas é a nossa querida Zona da Mata, que tem no Município de Cataguases, passando por Muriaé, passando pela unidade de preservação Parque Estadual Serra do Brigadeiro e chegando até os limites de Manhuaçu, o segundo maior corredor de bauxita do nosso país. A segunda reflexão que queria fazer é quanto à exploração de gemas, pedras preciosas e semipreciosas no Mucuri e no Jequitinhonha. Nessas duas regiões, uma preocupação deve nortear a construção de alternativas para a adequada exploração minerária: a compatibilização da atividade econômica com o respeito ambiental, com o respeito às vocações próprias de cada região e também com a agregação de valor.

Na Zona da Mata, por exemplo, temos o caso da exploração da bauxita. Essa é uma região que tem uma vocação eminentemente voltada para a agricultura familiar. Sabemos que ali, no entorno de Muriaé, há minifúndios com atividade de agricultura familiar e também de pecuária. Lembramos que é a agricultura familiar responsável pela disponibilização de alimentos para a sobrevivência das pessoas. O agronegócio em Minas e no Brasil atende às demandas de exportação, e o que coloca a comida no prato do brasileiro é exatamente a agricultura familiar. Portanto, ali já temos, de imediato, um conflito de vocações: uma reserva minerária das mais importantes, de bauxita, e, por outro lado, toda uma história de enraizamento não só econômico, mas cultural, social, familiar daquelas pessoas que vivem na terra fértil e abundante, que produz, e dela vivem.

Mas ali nós temos um outro conflito: o conflito com a unidade de preservação Parque Estadual Serra do Brigadeiro, um dos últimos resquícios de mata atlântica. Mata atlântica que, como vêm dizendo os próprios levantamentos ao longo dos anos, tem sua área reduzida no nosso país. Essa unidade de preservação é responsável também pelos recursos hídricos, pelo armazenamento das águas, das sub-bacias. Portanto, não estamos falando apenas da cobertura vegetal - e ela é muito importante; não estamos falando apenas da riqueza da fauna e da flora, estamos falando também da captação de água, da preservação dos recursos hídricos. Temos ali uma zona de amortecimento. Temos ali um plano de manejo e já temos ali processos de licenciamento da exploração. Além disso, na região, infelizmente, acidentes ambientais recentes trouxeram desolação, prejuízo econômico, prejuízo para o solo, prejuízo para as águas com o rompimento de barragens. Se é verdade que a bauxita, os seus produtos, o alumínio são importantes para o ser humano, quão importante é a água, o ar, o alimento. Além disso, temos também de considerar a baixa agregação de valor à bauxita ali extraída. Uma bauxita que é extraída ali, Deputado Getúlio Neiva, é beneficiada em São Paulo, na cidade de Alumínio. Ou seja, para Minas fica a barragem que explode, fica o prejuízo ambiental, ficam os buracos nas estradas; e o recurso arrecadado com o produto já beneficiado fica com São Paulo. Portanto, no caso da Zona da Mata, vocação da agricultura familiar, respeito ao meio ambiente e necessidade de agregação de valor são recomendações básicas que traremos aqui entre os dias 9 e 12 de junho.

Antes de iniciar a fala sobre o Mucuri, concedo aparte ao nobre Deputado filho da região, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado André Quintão, eu estava questionando-me se o interrompia ou não, porque sua fala está tão importante, tão profunda e tão interessante sobre o assunto, que eu não queria interrompê-lo. Mas eu gostaria de aproveitar o instante para agradecer a sua presença no seminário "Minas de Minas" em Teófilo Ottoni. Os aspectos que V. Exa. apresentou foram brilhantes e importantes.

Gostaria de corroborar aqui as atitudes tomadas por V. Exa. Minas fica com as barragens de rejeito, fica com os buracos, e nós não aproveitamos os nossos minérios agregando mão-de-obra neles. Preocupo-me com isso há bastante tempo, desde que, na década de 50 ou 60, a Hanna Corporation dominava todo o Quadrilátero Ferrífero. E conseguimos fazer uma extensão das ilhas do Japão. Fizemos até o aeroporto de Tóquio com minério. Foi um lastro para construir o aeroporto de Tóquio, foi o minério de ferro de Minas Gerais. Quer dizer, é mais barato do que 1m³ de areia. E nós exportamos a nossa matéria-prima sem agregar valor.

Realmente, esse seminário vai-nos dar um momento de reflexão muito importante. O Brasil está numa posição invejável perante o mundo. Temos as matérias-primas.

Gostaria de fazer menção à questão do alimento sobre a qual V. Exa. falou. V. Exa. esteve lá e conhece Poté, onde há uma jazida aflorada de calcário. O que antigamente era explorado pela Camig já não é. E a região necessita desse calcário para plantar.

É claro que também vamos plantar florestas lá com fulcro em uma nova lei que vamos trazer para apreciação da Assembléia. O meio ambiente

tem que ser preservado, mas precisamos fazer a equação correta entre aquilo que pode ser utilizado na mineração, no reflorestamento e aquilo que deve ser reservado para a produção de alimentos. O Brasil não é o celeiro do mundo porque não nos precavemos. Quando se fala do fosfato, não temos fertilizantes, importamos quase tudo. Então, é necessário que neste debate aprofundemos a questão, como V. Exa. tem feito nesta hora. Por isso peço desculpas pela interrupção para que seu raciocínio prosseguisse, e que V. Exa. tenha mais tempo ainda para falar sobre esse assunto que é vital para a economia de Minas e do Brasil.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva, também parabenizando-o pela condução do trabalho no seminário regional realizado em Teófilo Ottoni. Lá, na região do Mucuri, do Jequitinhonha, identificamos também exatamente essas questões. Temos a necessária participação do poder público para a revitalização das Bacias, a do Mucuri, a do São Mateus, a do próprio Jequitinhonha, fator de desenvolvimento econômico, social, cultural da região. Precisamos romper com a ilegalidade e a clandestinidade nas relações que permeiam a atividade minerária, precisamos garantir condições adequadas para os trabalhadores que estão no mercado minerário, precisamos da agregação de valor na matéria bruta ali extraída. Não há como gerar e distribuir renda se não se agregar valor e se não se democratizarem as relações econômicas. Então, é muito importante que, nos dias 9, 10, 11 e 12 de junho, nesta Casa, todas essas propostas sejam discutidas e debatidas. Chegou o tempo da construção de uma economia que tenha como fundamento o respeito ambiental e também a distribuição de renda. E isso se torna mais necessário num Estado como Minas Gerais, profundamente desigual em suas regiões, profundamente diverso nas suas características ambientais, culturais, geográficas e sociais, num Estado que tem, sim, uma participação importante no PIB com a atividade minerária, mas uma participação proporcionalmente inversa sobre os recursos auferidos com o beneficiamento dessa matéria bruta.

Precisamos também de uma forma de valorizar os Municípios que têm na atividade minerária sua vocação econômica, porque, muitas vezes, os impactos - e a atividades minerária gera impactos - são colocados sob a responsabilidade do Município, mas o recurso para a compensação desses impactos é insuficiente. É necessária uma discussão aprofundada sobre o projeto que tramita no Congresso, do nobre Deputado José Fernandes Aparecido, do PV, porque ele possibilita, quem sabe?, a busca de maior equiparação entre o que é cobrado, com os "royalties" do petróleo, e a atividade minerária no nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, queria aqui cumprimentar todas aquelas entidades, todos aqueles segmentos, toda a equipe técnica da Assembléia, Deputados e Deputadas, que têm conduzido com muita responsabilidade este debate. Temos que construir uma política pública de atividade minerária no Estado de Minas Gerais, mas que preserve nossos recursos hídricos, que promova o desenvolvimento sustentável, que democratize o acesso à renda e que também formalize as relações de trabalho. Não podemos ter o desenvolvimento a qualquer custo, a qualquer preço, em que apenas algumas elites que sempre dominaram o mundo e o País tenham seus lucros aumentados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores, boa tarde.

Não poderia deixar de vir a esta tribuna, neste dia, 28 de maio, em que se comemoram o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna.

Às vezes essa data não é muito divulgada, e este é um espaço para fazer essa divulgação, até porque a TV Assembléia atinge vários Municípios. Assim, este é um momento de reflexão, o que gostaríamos de fazer neste momento.

Hoje, os movimentos sociais, as ONGs e os demais setores da sociedade civil organizada mobilizam-se pelo Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher. E o dia 28 de maio, além disso, está integrado ao calendário brasileiro como o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna.

Neste dia, como Coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher, não poderia deixar de me manifestar e fazer um alerta. Os problemas com a saúde da mulher ainda estão longe de serem resolvidos.

A feminilização da aids, o câncer de mama e do colo do útero são chagas que continuam abertas na realidade feminina do nosso país e do nosso Estado. Os movimentos sociais e nós também consideramos de vital importância que os gestores públicos, quando da elaboração e implementação de políticas públicas de saúde efetiva para as mulheres, observem, reconheçam e respeitem as peculiaridades do universo feminino.

A mobilização no dia 28 de maio é fruto da ação de mais de duas décadas de movimento social pela saúde das mulheres. Todo esse trabalho tem como objetivo tornar visível um fenômeno: a mortalidade materna, considerada banal nas sociedades cuja cultura naturaliza a entrega da vida das mulheres em nome da maternidade. Em todo o mundo, neste dia, acontecem manifestações e mobilizações a fim de despertar a população para esse problema, que é grave e infelizmente tem se perpetuado no nosso meio. Estatísticas revelam que o número de mortes de mães é alto, e a situação é preocupante principalmente entre as mulheres negras e das regiões Norte e Nordeste.

Segundo o Ministério da Saúde, as complicações em decorrência do aborto são responsáveis por 11% a 13% dos cerca de 1.650 óbitos maternos registrados anualmente no País. O aborto induzido é a 4ª causa da mortalidade materna, superada por hipertensão arterial, hemorragias e infecções pós-parto.

A Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher, compromissada por meio da adesão das Deputadas e dos Deputados desta Casa, tem sensibilizado o setor da saúde, profissionais, trabalhadores, ativistas, gestores públicos, bem como profissionais de comunicação e outros parlamentares, para o problema da morte materna, que é um grave problema de saúde pública e demanda medidas urgentes. Esse fenômeno se relaciona não só com a qualidade técnica das políticas ofertadas em pré-natal, parto e puerpério, mas evidencia as desigualdades sociais de gênero e raça. Além de um problema de saúde pública, essas mortes são reflexo da falta de políticas sociais específicas para as mulheres e suas necessidades.

Termino conclamando toda a sociedade mineira a assumir a bandeira do combate à mortalidade materna. Cada um de nós, na sua cidade, nos seu bairro, na sua rua, pode e deve ajudar. A informação é uma arma poderosa e pode salvar muitas vidas. Informar e orientar as mulheres em situação de risco a procurar ajuda médica, efetivar as políticas públicas de atenção à saúde da mulher, cobrar dos gestores públicos ações efetivas são algumas das ações que podemos realizar de imediato. A realidade é triste e adversa, mas pode ser revertida, dependendo de cada um de nós. Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer essas observações aqui e, mais uma vez, declamo todas as mulheres, todos os parlamentares desta Casa, para termos esse olhar de carinho e atenção para com a saúde da mulher.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia em várias cidades de Minas Gerais, o assunto que venho discutir hoje, nesta tribuna, é o agradecimento ao nosso Presidente Lula

por mais uma medida importante para a recuperação da economia no nosso Brasil.

Ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a medida provisória de renegociação das dívidas dos produtores rurais em todo o País. Essa medida, com certeza, vai melhorar a vida de quem vive no campo. Propiciará também a melhoria da economia, com maior produtividade, geração de emprego e renda, principalmente para a agricultura familiar.

O volume do recurso que será renegociado, fruto da medida provisória, poderá chegar a R\$87.500.000.000,00, com 2.800.000 agricultores podendo ser beneficiados. O País já vive um momento muito bom, batendo recordes de produção, de exportação, com crescimento do PIB. Com essa medida de incentivo à produção, a qual visa recuperar milhões de produtores que viviam em dificuldades para quitar suas dívidas e ter acesso a novos empréstimos, com certeza todos aqueles que estão inadimplentes poderão limpar seu nome novamente e sair do Cadin, podendo ainda adquirir novos financiamentos. Portanto, elevará a oportunidade para muitos brasileiros que vivem no campo, gerando renda, emprego e novas oportunidades, e ainda aumentando a nossa fronteira agrícola.

Fica aqui o nosso agradecimento ao Presidente Lula por essa medida tão importante, que socorrerá milhões de produtores do nosso Brasil, principalmente os pequenos produtores "pronafricanos", os quais terão um desconto de até 80% no valor de suas dívidas. Essa medida com certeza melhorará significativamente a vida no campo. Esta já vinha melhorando, nos últimos cinco anos, com as medidas adotadas pelo governo, como o Pronaf, que só no ano passado injetou na economia quase R\$9.000.000.000,00, devolvendo ao pequeno produtor a oportunidade de entrar no banco e fazer seu financiamento para aumentar a produção. Essa medida, portanto, trará novos horizontes para quem vive no campo. São mais oportunidades para o mercado de trabalho e de geração de renda. Com isso, certamente aumentaremos ainda mais a produção de grãos no Brasil e continuaremos batendo recordes de produção. É isso que é muito importante, porque acontece num momento em que o mundo inteiro vive um grande problema com a diminuição da oferta de alimentos. Mas o Brasil passa a dar exemplo, dando condições aos nossos produtores de produzir, cada vez mais, para abastecer o mercado interno e, com a sobra, o mercado externo.

Portanto, ficam aqui nossos agradecimentos ao Presidente Lula, a toda a sua equipe econômica, aos Deputados Federais que acompanharam essa negociação, à classe dos produtores rurais, aos "pronafricanos" e a todos, por esses benefícios. Quem ganha com isso é a sociedade brasileira.

Um outro assunto que trataremos hoje diz respeito a outra cobrança. Continuaremos vigilantes e cobraremos, no que se refere à morosidade e à falta de interesse da Cemig pelo Norte de Minas. Continuamos cobrando a eletrificação dos nossos poços artesianos em diversas cidades da nossa região. Ontem recebi em meu gabinete o Prefeito de Ubaí, e ele me disse que há 15 poços artesianos perfurados, há muito tempo, que já estão equipados em seu Município. Disse ainda que já está cansado de fazer ofícios, mas que a Cemig não dá a mínima importância ao caso.

Portanto, fica aqui mais uma vez este pedido, este chamamento ao Presidente da Cemig, Djalma Moraes, para que atenda a esses pedidos, não apenas aos meus, mas aos de vários Deputados que já usaram a tribuna para falar sobre o mesmo assunto. Se não for para atender aos Deputados, que atenda pelo menos ao Governador, porque até este ele se recusa a atender.

Em dezembro do ano passado, a bancada do Norte participou de reunião com o Governador Aécio Neves e vários Secretários, e lá estava o Presidente da Cemig. Ouvimos o Governador determinar prioridade total na ligação dos poços artesianos. E até hoje essa ordem não foi cumprida. Sendo assim, chamamos a atenção, mais uma vez, do Presidente da Cemig, para que cumpra a ordem do Governador o mais rápido possível. Se isso não ocorrer, se os poços artesianos continuarem sem a ligação de energia, nossa região terá de reagir. Volto a dizer que daremos mais um tempo, e, se isso não for resolvido, faremos uma mobilização com Prefeitos, Vereadores, Presidentes de associações e comunidades rurais que estão sem água por falta de vontade da Cemig. Se isso não ocorrer, teremos de fazer manifestações, vir a Belo Horizonte, vir à Assembléia, ir ao Palácio. Se não for suficiente, vamos acampar dentro do prédio da Cemig para ver se o seu Presidente toma alguma medida, porque a situação está insuportável, está ficando até chata. Toda semana temos de usar esta tribuna para falar do mesmo assunto, fazer a mesma cobrança.

Quero ainda falar de um tema que discutimos aqui durante todo o ano passado e volta a preocupar todo o povo ribeirinho que mora às margens do Rio Francisco, invadido pelas algas azuis de cheiro insuportável. Na ocasião, foi proibido pescar, tomar banho no rio e consumir a água, o que causou enormes prejuízos para a nossa região. Ontem, ao chegar a Belo Horizonte, pude observar de perto que a água da Lagoa da Pampulha já está toda azul, tomada pelas mesmas algas que invadiram o Rio São Francisco ano passado, através do Rio das Velhas. A Copasa esteve aqui na época e fez demonstrações dizendo que as obras das estações de tratamento do esgoto de Belo Horizonte e das cidades da Região Metropolitana estavam sendo feitas. Fica aqui mais uma vez este chamado, esta cobrança para que a Copasa realmente faça as obras necessárias e esse triste episódio que ocorreu ano passado não volte a acontecer novamente este ano.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento. Eu também estava inscrito para falar hoje, mas, infelizmente, tive de atender a alguns companheiros de Monlevade, para resolver questões internas do nosso PDT.

V. Exa. está tocando em dois pontos cruciais. Temos o dever de provocar a Cemig para uma resposta efetiva ao que foi solicitado, determinado pelo Governador Aécio Neves, em relação aos equipamentos dos poços artesianos. Não estamos falando de um ou dois, mas de centenas de poços artesianos que foram perfurados e estão prontos para serem operados. Parece que, quando começa a chover, isso cai no esquecimento. Infelizmente, o Norte de Minas já está vivendo a seca de 2008. A nossa seca começa agora, em abril e maio, e se prolonga até os meses de novembro e dezembro, quando começam as chuvas realmente. São oito meses de sofrimento intenso, com as pessoas perdendo terras, lavouras e animais; e o pior: não existe água para beber. As águas estão poluídas, e os rios secos. No ano passado, 800 córregos e riachos secaram no Norte de Minas. Depois vem aquele trabalho atabalhoado de compra de cisternas plásticas para amenizar o problema. No entanto o que vai matar a sede do nosso povo é o trabalho que tem de ser feito em conjunto com o governo do Estado, o DNOCS e a Codevasf, com recursos desses três órgãos. Cabe à Cemig a responsabilidade de equipar os poços artesianos com um pedacinho de rede de energia elétrica, 100m, 200m de redes. Aliás, isso já foi determinado pelo governo, por meio de uma ação e de um programa de governo, por isso não entendo porque ainda não foi feito. Aliás, cobrança da parte de V. Exa. e também de nossa parte não tem faltado; por outro lado, já estamos vivendo o drama da falta de água. Por isso, de certa maneira, deveríamos entrar em contato com o pessoal da Cemig, que são pessoas sérias e corretas, como os seus grandes Diretores, que nos têm atendido e ajudado. Mas, nesse ponto, a Cemig infelizmente está deixando a desejar, portanto vamos continuar com a cobrança.

O outro ponto que gostaria de abordar é sobre a poluição do Rio São Francisco. Na semana passada, Deputado Paulo Guedes, estive em Brasília, participando de um debate que durou quatro dias, ao lado de parlamentares da Bahia, de Alagoas e de Sergipe. V. Exa. deve lembrar que o convidei, mas V. Exa. não pôde ir. Nesse debate, tratamos da revitalização do São Francisco. Fizemos um filme de 30 minutos, 8 horas de gravação condensadas em 30 minutos, para mostrar o que está acontecendo com o São Francisco: o assoreamento do rio, a poluição do Rio das Velhas, a falta de esgotamento sanitário em todos os Municípios que compõem a Bacia do São Francisco, a morte gradual do Rio Verde Grande e de outros rios. O que Minas quer é justamente isto: a revitalização.

Gostaria de cumprimentar V. Exa., que é um legítimo representante da nossa região, bravo companheiro de primeira hora, e pedir-lhe que continuemos unindo nossas forças para mostrar às autoridades que é preciso agir em conjunto, sem estrelismo e sem cores político-partidárias, porque a nossa política é a política do Norte de Minas. Para isso, V. Exa. não pode passar as mãos na cabeça do pessoal do governo federal, que é do PT, assim como nós também não podemos deixar de cobrar esse assunto dos representantes do governo do Estado e do Governador

Aécio Neves, que está ciente do que estamos falando e que conhece os nossos problemas, a fim de continuarmos nessa luta em prol da região Norte mineira. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Também gostaria de fazer um agradecimento, porque não estamos aqui só para fazer críticas. Na semana passada, em reunião de comissão para discutir assuntos da área de meio ambiente, tive uma conversa com o Secretário José Carlos Carvalho, ocasião em que cobrei dele uma atitude da Secretaria em relação ao licenciamento da Barragem do Berizal. Os recursos para as obras dessa barragem somam R\$155.000.000,00; R\$64.000.000,00 são para a conclusão da obra, e o restante para as indenizações e para o reassentamento das famílias atingidas. Corremos o risco de perder todo esse recurso, R\$155.000.000,00, se não obtivermos o licenciamento ambiental até o dia 30 deste mês, na próxima sexta-feira. No entanto já obtivemos do nosso Secretário, José Carlos Carvalho, o compromisso de que, até o dia 30, a Secretaria de Meio Ambiente fará a liberação da licença ou um documento, comprometendo-se com o licenciamento ambiental dessa barragem, para que essa obra não saia do PAC e para que a região não perca esse importante volume de recursos da ordem de R\$155.000.000,00, que serão investidos nas regiões do Alto Rio Pardo, Taiobeiras, São João do Paraíso, Berizal, Ninheira e região. Muito obrigado, Deputada Cecília Ferramenta, que está na Presidência, a qual tem mais brilho com a sua presença, uma mulher tão competente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Cara Presidente Cecília Ferramenta, é uma alegria poder falar tendo o comando da Mesa nas mãos de uma figura tão simpática e, sobretudo, competente, da nossa querida Ipatinga do nosso amigo Chico Ferramenta.

Nossa presença hoje se justifica em virtude do seminário "Minas de Minas", realizado em Teófilo Ottoni ontem. Tivemos a alegria de receber a Deputada Elisa Costa e os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Genaro e André Quintão, que debateram com técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; com o Presidente da Zepex, companhia que dirige a Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Ottoni; com o Presidente da Gems Exporter Association - GEA -, uma associação dos comerciantes industriais da área mineral, com sede em Teófilo Ottoni; e com o Robson Caio de Andrade, Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, com sede em Teófilo Ottoni. A importância do setor mineral para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha deve-se a uma verdade irrefutável: estamos assentados sobre a maior província pegmatítica das Américas. No entanto, não temos tido, por parte dos governos estadual e federal, a compreensão exata do valor dessas jazidas para Minas, para o Brasil e para o mundo.

Muita gente desconhece o Projeto Leste, de mapeamento geológico que fizemos quando eu era Secretário Adjunto de Estado de Recursos Minerais daquela região, que possibilitou a descoberta de uma jazida de grafita no Município de Salto da Divisa. Essa jazida tem o dobro do tamanho da usina de grafita que tem sido operada, há 50 anos, em Pedra Azul. Pouca gente sabia do teor de ferro e outros minerais, como ouro, nos paredões de Porteirinha, Monte Azul e Montezuma, na região próxima a Taiobeiras, Salinas e Janaúba. Poucas pessoas sabiam daquela jazida aflorada de calcário gigantesca, que envolve quase todo o Município de Poté; ou da baita jazida de caulim de Padre Paraíso; do silício abundante, dos minérios radioativos de tório existentes nos Municípios de Itinga e Araçuaí. Poucas pessoas sabem que os granitos daquela região são os mais belos, formosos e caros do mundo, explorados hoje de maneira diferenciada do que sonhamos, que era ter os nossos teares de corte e preparo das peças para entregá-las diretamente ao consumidor. Ao contrário, Sra. Presidente, os nossos granitos trafegam pelas rodovias da nossa região, que antes eram de terra, asfaltadas pelo Governador Aécio Neves. Mas, menos de seis meses após a inauguração de algumas dessas estradas, estão todas já arrebentadas e esburacadas, em vista das mais de 400 carretas de granito que por elas passam ao dia, seja no Município de Pavão, seja nos Municípios de Frei Gaspar, Teófilo Ottoni, Medina ou Pedra Azul. A própria rodovia federal BR-116, a Rio-Bahia, sofre terrivelmente; é o pior trecho da estrada ao longo de todo o território das Minas Gerais, em vista do excesso de peso das carretas de granito que descem em direção à Bahia, passando pela Estrada do Boi, a BR-418, ou que aportam em Governador Valadares, onde ficam aguardando, com toneladas e toneladas de granito estocadas, a possibilidade de a Vale transportá-las, quando tiver uma folga de vagão de trem de ferro.

Assim estamos em uma situação interessantíssima: os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, cuja maior cidade é a minha Teófilo Ottoni, debruçados, assentados, vivendo sobre um pote de ouro, mas, sobre a terra, com as ilusões e as fantasias das cantigas e dos poetas do Jequitinhonha, estão morrendo de fome e de necessidade, com as maiores dificuldades que podem existir. O IDH da nossa região é o pior do Brasil. Comparando-nos com o Ceará e com os vários sertões existentes no Nordeste brasileiro, temos índices piores. Os dois piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil estão no Vale do Mucuri, em Setubinha e Frei Gaspar. Não entendemos, portanto, por que não podemos montar um projeto estruturador para aquela região. O Governador Aécio Neves determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico agisse nessa direção; reuniões e avaliações foram feitas, e sete Secretários de Estado foram a Teófilo Ottoni, onde se reuniram e debateram com a sociedade, com a comunidade e com os empresários. Agora será realizado o seminário "Minas de Minas", para debater-se a mineração.

Quando aqui cheguei, meu primeiro pronunciamento, Deputada Cecília Ferramenta, foi enfatizando a necessidade de o Estado projetar a reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que Teófilo Ottoni idealizou em 1861. Ele construiu 575km de estrada de ferro, ligando Caravelas, na Bahia, a Araçuaí, no coração do Jequitinhonha. Durante o período de funcionamento da ferrovia, vivíamos na fartura. Uma riqueza imensa caminhava pelas estradas de terra que chegavam à beira da estrada de ferro e era carregada para o Rio de Janeiro, pelo Porto de Caravelas. Infelizmente, a ditadura militar mandou fechar aquela estrada de ferro. Ora, Deputada Cecília Ferramenta e meu caro Deputado Rêmolo Aloise, olhando o mapa do Brasil, vemos que Caravelas está na mesma latitude de Brasília, do interior do Brasil, do coração do Brasil. É tão fácil imaginar que Minas não tem porto, mas tínhamos um porto, porque aquela sesmaria concedida a Teófilo Benedito Ottoni passou a ser propriedade da Companhia de Navegação do Vale do Mucuri, cujas ações, quando ela encerrou suas atividades, foram passadas para o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e, encerradas as atividades desse Banco, para o Bemge. Minas tem a propriedade de oito léguas de terra ao lado da antiga ferrovia, no território baiano. Lembro muito bem de quando Aureliano Chaves, então Governador de Minas, levantou essa questão para discussão com o governo da Bahia e o Presidente da República - estávamos então, na ditadura - mandou que parasse. Na verdade, até as terras eram de propriedade de Minas Gerais. Minas tinha o seu caminho para o mar, e o perdemos pela inépcia e incúria dos governantes do passado.

Volto hoje a esta tribuna, Deputada, para mostrar que a nossa luta pela estrada de ferro não acabou e que o seminário de mineração, chamado "Minas de Minas", que teve uma etapa realizada ontem, em Teófilo Ottoni, somente desperta mais ainda a atenção do nosso povo para a necessidade de uma estrada de ferro.

Muita gente não sabe que o Grupo Votorantim está adquirindo os direitos de pesquisa de lavras existentes na região de Porteirinha e Monte Azul, com o objetivo de retomar a exploração do minério de ferro, estava paralisada e cuja área visitei na década de 70. Fotografei, filmei, andei no meio dos paredões de ferro. Agora a Votorantim descobre essa jazida e vai explorá-la. E pouca gente sabe que a Votorantim está montando um projeto com mineroduto, e não podemos falar nada. Como governo, como entes políticos, temos de trabalhar para que não se faça o mineroduto, para que se projete a estrada de ferro.

Esse assunto é um pouco difícil de entender, porque nossa região realmente sempre foi muito esquecida. Mas certamente o Deputado Rêmolo Aloise ilustrará o meu pronunciamento e me dará mais fôlego para continuar a falar desses assuntos.

O Deputado Rêmolo Aloise (em aparte) - Amigo Getúlio Neiva, peço permissão a V. Exa., primeiro, para cumprimentar a nossa querida Deputada Cecília Ferramenta pelo seu pronunciamento desta tarde, em que defendeu, com veemência, propriedade e propostas de ação, a redução da mortalidade materna. Meus parabéns, minha colega e amiga. Que essas palavras que hoje ficaram no Plenário se transformem em realidade, pela vontade com que foram expressas. Cumprimento-a também porque os Deputados Doutor Viana e José Henrique deixaram V.

Exa. presidir a reunião desta tarde, que conta com grande participação dos Deputados.

Caro Deputado Getúlio, não posso concordar, em hipótese alguma, com o seu pronunciamento. O Vale jamais morrerá, ainda mais tendo nesta Casa a patativa do Mucuri, que representa, de maneira brilhante, o Médio, o Alto e o Baixo, de Teófilo Otôni até Araçuaí, Almenara e Coronel Murta, perto da Bahia. Onde há um poeta, a região não morre, porque poeta não morre. Suas poesias sempre representarão a origem daquela região. Por ser do Sul maravilha, tenho uma inveja tremenda, caro Deputado Getúlio Neiva, porque a beleza está no Vale, onde se vê, no genótipo das pessoas, o sentimento da terra, da vontade, da pobreza e, acima de tudo, o sentimento do trabalho. O homem do Vale é um homem diferente; a mulher do Vale nasceu à beira do fogão a lenha; a criança do Vale é diferente das outras deste Estado. Não estou dizendo que são maiores ou menores que os das outras regiões do Estado, mas há uma diferença. O Vale jamais morrerá, tenho certeza absoluta.

Deputado Getúlio, neste momento vai uma palavra muito fraterna, muito amiga, em face da maneira como tem conduzido os trabalhos desta Casa. Sentimos saudades de você neste Plenário, quando não ocupa a tribuna, pelos seus conhecimentos, pela sua vida política, pela sua dedicação à terra que aqui representa. Aqui há vários tipos de Deputado, e respeitamos todos, mas há aqueles que falam mais alto para o povo das Minas Gerais.

E eu, como um Deputado, longe da idade média desta Casa, não poderia, nesta tarde, deixar de dizer: Getúlio, você será o próximo Prefeito da sua terra, mas sua presença continuará aqui, e estamos ao seu lado, bem como ao lado do Vale, em qualquer situação. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Getúlio Neiva - Eu é que agradeço, Deputado Rêmolô Aloise, até enternecido em razão desta tocante homenagem que me presta neste instante. Gostaria de lhe dizer que realmente sou tocado pelo amor e pela paixão; vivo em função dos sonhos e trabalho o tempo todo pensando no futuro da minha gente. Quem fará o que por minha gente? Quem trabalhará mais por ela? Quem ama mais aquela cidade e região que nós? Então, a nossa obrigação é maior que a de qualquer outro cidadão que possa um dia buscar votos na nossa região. O Adalclever, que habita o Jequitinhonha com seus eleitores, ou seja, com a preferência dos eleitores do Jequitinhonha, sabe a que me refiro. O sofrimento é a nossa pedra de toque e é o que nos leva a sonhar, a acreditar e a confiar. É esse sofrimento da pobreza ingente e do descaso permanente dos governos que nos faz labutar com força e vigor. Obrigado, Rêmolô Aloise, por sua alusão.

Meu caro Wander Borges, Sabará o espera com o mesmo carinho com que os meus amigos me esperam na minha cidade de origem.

Sra. Presidente e Srs. Deputados, diria que realmente a minha região vive de emoções. Lá entendemos que não se constrói uma cidade apenas com tijolo, cimento, ferro e areia, mas, sim, com solidariedade, participação, amizade e amor ao nosso território. A região do Mucuri precisa desta Casa mais do que nunca, como trincheira da defesa dos seus interesses e para que aqueles surdos de plantão nos ouçam e vejam que não estamos falando tolice alguma. Quando falo em estrada de ferro, quero dizer que ela foi construída no passado e foi arrancada de nós pela ditadura. Portanto, já a tínhamos. O governo federal deve-nos uma estrada de ferro, assim como os outros governos.

O Adalclever Lopes, que militava na política mesmo antes de ser Deputado, sabe que, neste Estado, havia uma Constituição em cuja modificação foram tirados os 5% do orçamento que deveriam ser destinados à Codevale para a recuperação das regiões mais pobres de Minas. Os 5% nunca foram aplicados. A Codevale foi extinta, e a região continua subjugada aos interesses dos governos que passam, passam e passam, mas não resolvem o problema da nossa infra-estrutura logística, da nossa capacitação para produzir.

Comentei, ilustre Deputado Adalclever, com a Cecília Ferramenta que, em vez de produzir mais ferro, de fazer mais buracos e mais bacias de rejeitos das mineradoras, tínhamos de criar mais usinas de aço como as de Ipatinga.

Com prazer, concedo aparte ao Adalclever Lopes, nobre Líder.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Querida Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, querido Deputado Getúlio Neiva, noto nas palavras desse Deputado que ele é essencialmente um homem do Vale. Esta Assembléia, Deputado Rêmolô Aloise, tem a oportunidade de ter um parlamentar como Getúlio, que traz com brilhantismo as dificuldades do Vale, não só as do Mucuri, mas também as do Alto, do Médio e do Baixo Jequitinhonha, de Araçuaí a Almenara, Berilo, Coronel Murta, Itinga, Rubim, Palmópolis e Rio do Prado, onde tivemos uma votação fantástica.

Querido Deputado Rêmolô Aloise, lembro-me do nosso querido poeta Gonzaguinha, que dizia que o homem se mata e morre quando castram os seus sonhos, que seu sonho é sua vida e vida é trabalho e que, sem trabalho, não dá para ser feliz. É isso que está faltando ao Vale do Jequitinhonha, para o qual se criam várias campanhas, nacionais, estaduais e municipais, mas não se criam soluções. O Vale precisa mesmo ser mais bem tratado. Como V. Exa. disse muito bem, tínhamos uma ferrovia. As nossas estradas, hoje, estão acabando. Precisamos do Vale, daquele povo tão carinhoso, que, além de ser poeta, aprendeu a se unir em face do sofrimento - um povo amado e amável.

Faremos uma corrente em Minas Gerais, e V. Exa. bem a conduzirá, para levarmos de fato ao Vale do Jequitinhonha o que ele merece: o progresso, o sonho, o sonho de verdade, o de realizar e transformar a região. Como dizia Raul Seixas: "Sonho que se sonha só é somente um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade". Precisamos, juntos, todos os Deputados, fazer com que esse sonho seja realidade.

Temos aqui a nossa patativa do Mucuri. O Deputado Getúlio é o melhor orador desta Casa e talvez um dos mais brilhantes parlamentares do País; assim foi no Congresso Nacional, assim é nesta Casa. Nós, da Bancada do PMDB, até o ameaçamos: não aceitamos que ele saia da Assembléia. O povo de Teófilo Otôni terá de esperar: não deixaremos ele ir, vamos brigar muito por isso. Sei que o povo o quer lá, mas também o queremos aqui. V. Exa. é uma referência nacional, e a Assembléia enriqueceu-se muito com isso.

Deputado Getúlio Neiva, tenho certeza de que, espelhando-me em V. Exa., vou adquirir sua força e seu conhecimento, que me ajudarão a encarar as angústias e as vontades que o povo do Vale quer que representemos. Tenho certeza, querido Deputado Getúlio Neiva, de que começa hoje a arrancada do progresso do Vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sou eu quem agradece, Deputado. Quero lembrar um momento importante da minha vida, quando procurei o meu primo João Neiva, em Araçuaí, para dar apoio a minha campanha como Deputado, e ele disse que já tinha compromisso com o Adalclever Lopes. Então eu disse que ele ficaria com Adalclever e aumentaria o trabalho, pois é meu companheiro, meu amigo. Lembro-me de quando era Secretário de Estado e fui visitar a sua cidade. Fui hóspede em sua fazenda, onde fui muito bem tratado. Essa amizade é antiga, e talvez por isso V. Exa. tenha esse carinho comigo, e ele é recíproco. Fizemos aqui grandes amigos, grandes companheiros nesta Casa.

O que me intriga, intriga mesmo, Srs. Deputados, Sra. Presidente, é que o Governador Aécio Neves tem feito tudo para nos ajudar. Fez estradas, investiu mais dinheiro: para cada R\$1,00 investido na área social no resto do Estado investiu R\$2,00, mas não precisamos de esmola. Ela não vai nos redimir; a cada dia que passa mais ela nos oprime. Precisamos de soluções profundas para a nossa economia. Não queremos continuar sendo um peso eterno para o resto do Estado, o que queremos é nos libertar, libertar por meio do nosso suor, do nosso trabalho, queremos condições de trabalho.

Não se pode imaginar, por exemplo, que Santo Antônio do Jacinto, lá pertinho da divisa da Bahia, no alto, a quase 1.800m de altitude, já foi o maior produtor de feijão de Minas Gerais e hoje não produz mais. Não se pode imaginar que Novo Cruzeiro já foi o maior produtor de alho do Brasil e hoje não é mais. Não se pode imaginar que Teófilo Otôni foi - ainda é, mas já em decadência - o maior centro de lapidação e comercialização de gemas preciosas das Américas e hoje é apenas o maior do Brasil. Já perdemos um pedaço. Tínhamos 1.782 lapidações de pedras preciosas e estamos perdendo esse território por falta de uma política de governo. O seminário "Minas de Minas" esteve lá, e o desalento dos empresários do setor mineral foi demonstrado, desalento pela falta de uma política efetiva. Fiz a I Feira Internacional de Pedras Preciosas, a primeira escola de lapidação; organizei a primeira joalheria, a primeira empresa produtora de jóias de Teófilo Otôni, mas isso, com o tempo, foi arrefecendo por falta de suporte governamental. Lá, no seminário "Minas de Minas", elaborado por esta Assembléia, a grande reivindicação é apenas a de uma política para o setor mineral, voltada para o setor gemológico.

E vejam, Deputados Rêmoló Aloise e Gilberto Abramo, o Brasil exportou em 2007 US\$350.000.000,00 de gemas, quando o potencial, somente do Vale do Mucuri, é de US\$3.000.000.000,00. Está pronta em Teófilo Otôni a infra-estrutura da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - que foi planejada para o setor gemológico, mas não há ainda uma política - o Governador mandou fazer, e estão fazendo um projeto estruturador para tal.

Não se pode conceber, caros Deputados e Sra. Presidente, que eu fique mudo diante dessa realidade brutal que nos choca. Minha cidade está sofrendo. Foi preciso que o governo do Estado injetasse dinheiro e determinasse que houvesse um caixa separado da Prefeitura de Teófilo Otôni para a saúde, a fim de que nosso povo não continuasse morrendo na porta dos hospitais, que estavam fechados. Fechou-se o hospital municipal, o pronto-socorro, a Casa de Saúde Vera Cruz e o Hospital São Vicente de Paulo, e restou apenas um hospital para a macrorregião. Já conseguimos reabrir o pronto-socorro e o hospital municipal com recursos do Estado. Um Secretário de Saúde foi importado para resolver os problemas. Isso não fará parte da estrutura da Prefeitura, pois, do contrário, não funcionaria. Nossa cidade está sofrendo. Devolveu dinheiro do Projeto Somma por incompetência administrativa; devolveu dinheiro da Copasa para recomposição das ruas arrebentadas pelas redes de esgoto e de água; devolveu o dinheiro para a recuperação da cidade depois das enchentes. Parte foi devolvida porque não souberam aplicar. Não vai aqui nenhuma queixa contra a administração municipal nem em relação aos Secretários, pelo contrário, essa é a constatação de uma realidade: Teófilo Otôni perdeu população. Aqueles que já ficaram um pouco revoltados dizem que a cidade não tem mais habitantes, mas sim, sobreviventes. As coisas estão muito difíceis, complicadas. É preciso que o governo do Estado nos ajude a buscar a solução. O governo Lula está oferecendo dinheiro para Teófilo Otôni. Ofereceu R\$40.000.000,00, e não aproveitamos. Baixou o valor para R\$30.000.000,00, e não aproveitamos. Baixou para R\$15.000.000,00, e não aproveitamos. Estamos perdendo o dinheiro que Lula está nos dando, porque não há competência administrativa em nossa Prefeitura. O governo do Estado tenta ajudar. Já perdemos o Hemocentro, que foi para Valadares, uma vez que a Prefeitura não conseguiu comprar o terreno para construí-lo. Estamos perdendo demais.

É esse o meu lamento; um lamento sentido, doído, porque sei como sofre o meu povo. Fiquei lá uma semana, para organizar o seminário, e sofri muito. O Deputado Adalclever Lopes está certo; ajudem-me a ficar aqui, porque viver lá está difícil demais. Muito obrigado, Sra. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/6/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

exonerando Fernanda Mara A. Magaldi do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando João Paulo Santos de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Bruno Tamietti Coutinho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Fernanda Mara A. Magaldi para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando João Paulo Santos de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Marco Aurélio da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Patrícia Lourdes de Andrade Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Edilson Rodrigues do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Mônica da Consolação Ribeiro Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/7/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução completa para digitalização dos processos de captura ("ingest"), edição, armazenamento e automação da exibição ("payout") dos conteúdos de áudio e vídeo da TV ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 3 de junho de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Almeida e Galvão Associados Ltda. Objeto: prestação de serviços de confecção de "clipping" para a elaboração do boletim "Assembléia Imprensa" e de página na internet com noticiário ("clipping" digital). Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação por 12 meses com manutenção do preço. Vigência: 9/7/2008 a 8/7/2009. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches para servidores e prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e do xerox. Objeto deste aditamento: primeira ampliação quantitativa do objeto em 8,807%. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ricardo Martins Ribeiro (Natura Dedetização). Objeto: serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Objeto deste aditamento: quarta prorrogação e reajuste do preço. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/6/2008. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 3/6/2008, pág. 96, col. 2, sob o título "Gabinete do Gilberto Abramo", onde se lê:

"Sílvia Angélica Amâncio Vasconcellos", leia-se:

"Sílvia Angélica Amancio Vasconcellos".

termo de contrato

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 3/6/2008, na pág. 96, col. 3, onde se lê:

"Vigência: 5 anos. Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2008. ", leia-se:

"Vigência: 5 anos. ".